

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA · VIII

África desde 1935

EDITOR ALI A. MAZRUI

EDITOR ASSISTENTE C. WONDJI



UNESCO Representação no BRASIL
Ministério da Educação do BRASIL
Universidade Federal de São Carlos

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VIII

África desde 1935

Coleção História Geral da África da UNESCO

- Volume I Metodologia e pré-história da África
(Editor J. Ki-Zerbo)
- Volume II África antiga
(Editor G. Mokhtar)
- Volume III África do século VII ao XI
(Editor M. El Fasi)
(Editor Assistente I. Hrbek)
- Volume IV África do século XII ao XVI
(Editor D. T. Niane)
- Volume V África do século XVI ao XVIII
(Editor B. A. Ogot)
- Volume VI África do século XIX à década de 1880
(Editor J. F. A. Ajayi)
- Volume VII África sob dominação colonial, 1880-1935
(Editor A. A. Boahen)
- Volume VIII África desde 1935
(Editor A. A. Mazrui)
(Editor Assistente C. Wondji)

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VIII

África desde 1935

EDITOR ALI A. MAZRUI

EDITOR ASSISTENTE CHRISTOPHE WONDJI



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Ministério
da Educação



Esta versão em português é fruto de uma parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Título original: *General History of Africa, VIII: Africa since 1935*. Paris: UNESCO; Berkley, CA: University of California Press; London: Heinemann Educational Publishers Ltd., 1993. (Primeira edição publicada em inglês).

© UNESCO 2010

Coordenação geral da edição e atualização: Valter Roberto Silvério

Tradutores: Luís Hernan de Almeida Prado Mendoza

Revisão técnica: Kabengele Munanga

Preparação de texto: Eduardo Roque dos Reis Falcão

Projeto gráfico e diagramação: Marcia Marques / Casa de Ideias; Edson Fogaça e Paulo Selveira / UNESCO no Brasil

História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010.
1272 p.

ISBN: 978-85-7652-130-3

1. História 2. História contemporânea 3. História africana 4. Culturas africanas 5. África
I. Mazrui, Ali A. II. Wondji, Christophe III. UNESCO IV. Brasil. Ministério da Educação
V. Universidade Federal de São Carlos

**Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Representação no Brasil**

SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar

70070-912 – Brasília – DF – Brasil

Tel.: (55 61) 2106-3500

Fax: (55 61) 3322-4261

Site: www.unesco.org/brasil

E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Ministério da Educação (MEC)

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)

Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 2º andar

70047-900 – Brasília – DF – Brasil

Tel.: (55 61) 2022-9217

Fax: (55 61) 2022-9020

Site: <http://portal.mec.gov.br/index.html>

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Rodovia Washington Luis, Km 233 – SP 310

Bairro Monjolinho

13565-905 – São Carlos – SP – Brasil

Tel.: (55 16) 3351-8111 (PABX)

Fax: (55 16) 3361-2081

Site: <http://www2.ufscar.br/home/index.php>

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Apresentação	VII
Nota dos tradutores	IX
Cronologia	XI
Lista de Figuras	XIII
Prefácio	XIX
Apresentação do Projeto	XXV
Introdução	1
Capítulo 1 Introdução.....	1
SESSÃO I A África na década de conflitos mundiais 1935-1945	31
Capítulo 2 O chifre da África e a África setentrional.....	33
Capítulo 3 A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português.....	67
Capítulo 4 A África sob domínio britânico e belga.....	89
SESSÃO II A luta pela soberania política, de 1945 às Independências	123
Capítulo 5 “Procurai primeiramente o reino político...”	125
Capítulo 6 A África setentrional e o chifre da África.....	151
Capítulo 7 A África ocidental.....	191
Capítulo 8 A África Equatorial do oeste	229
Capítulo 9 A África Oriental.....	261
Capítulo 10 A África Austral	295

SESSÃO III	O Subdesenvolvimento e a Luta pela Independência Econômica.....	335
Capítulo 11	As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980).....	337
Capítulo 12	A agropecuária e o desenvolvimento rural	377
Capítulo 13	O desenvolvimento industrial e o crescimento urbano ...	429
Capítulo 14	Estratégias comparadas da descolonização econômica....	471
SESSÃO IV	Evolução sociopolítica após as independências.....	517
Capítulo 15	Construção da nação e evolução das estruturas políticas	519
Capítulo 16	Construção da nação e evolução dos valores políticos ...	565
SESSÃO V	Mudanças socioculturais após 1935	603
Capítulo 17	Religião e evolução social.....	605
Capítulo 18	Língua e evolução social	631
Capítulo 19	O desenvolvimento da literatura moderna	663
Capítulo 20	As artes e a sociedade após 1935	697
Capítulo 21	Tendências da filosofia e da ciência na África.....	761
Capítulo 22	Educação e mudança social.....	817
Sessão VI	O Pan-africanismo: libertação e integração a partir de 1935.....	847
Capítulo 23	A África e a diáspora negra	849
Capítulo 24	O Pan-africanismo e a Integração Regional	873
Capítulo 25	Pan-africanismo e libertação	897
Sessão VII	A África independente em meio aos assuntos mundiais ..	925
Capítulo 26	A África e os países capitalistas	927
Capítulo 27	A África e os países socialistas	965
Capítulo 28	A África e as regiões em vias de desenvolvimento.....	1003
Capítulo 29	A África e a Organização das Nações Unidas	1053
Capítulo 30	O horizonte 2000.....	1095
	Posfácio: cronologia da atualidade africana nos anos 1990	1133
	Cronologia dos fatos relevantes.....	1143
 Membros do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África		
	de uma História Geral da África	1157
	Dado biográficos dos autores do volume VIII	1159
	Abreviações e listas de periódicos.....	1167
	Referências bibliográficas	1169
	Índice remissivo	1241

CAPÍTULO 14

Estratégias comparadas da descolonização econômica*

Adebayo Adedeji

Os governos africanos realmente desejavam, o quanto antes, elevar o grau da independência adquirida e, como consequência, melhorar o nível de vida do seu povo, através do aumento nos rendimentos e da implantação dos serviços sociais, bem como das infraestruturas de base. Todos consideravam praticamente um fato consumado e incorporado que a planificação econômica constituísse o meio mais racional, com vistas à realização destas mudanças. Se, antes da emancipação da África, os teóricos do desenvolvimento se haviam mostrado divididos quanto à pertinência e aos méritos dos planos, no imediato posterior à independência, em contrapartida, os planejadores impuseram-se de forma contundente: após a dissolução dos regimes coloniais, os governos foram prontamente conduzidos a apresentarem, cada qual, um plano concebido para responder ao que se considerava como exigências ao desenvolvimento, do país e do seu povo. Contudo, estes planos elaborados, muito amiúde, por estrangeiros cujo conhecimento dos países em questão era relativamente insuficiente, “pecavam pela falta de uma real capacidade em serem conduzidos, pela ausência de um apoio político ou, ainda, pela pouca plausibilidade de sua aplicação¹”. Não causa espanto, portanto, e ao

* Nós denominamos “descolonização” o processo de dismantelamento das instituições coloniais e a redução, ao mínimo, de todo poder e qualquer controle estrangeiros. A descolonização não é um presente das potências coloniais, mas uma conquista dos reprimidos.

1 G. K. HELLEINER, 1972, p. 333.

menos durante os dez anos imediatamente posteriores à independência, que as decisões em respeito às grandes questões estratégicas do desenvolvimento ou da ideologia tenham, via de regra, tergiversado os planejadores. Os níveis em cujas grandes reviravoltas estratégicas devem ser buscadas são outros. Todavia, salvo alguns raríssimos países, tem-se dificuldade em descobrir sinais tangíveis de uma estratégia de descolonização econômica igualmente clara e definida como aquela que presidiu a descolonização política, a qual todos os países africanos subscrevem e vigorosamente perseguem.

No entanto, mesmo nesses primórdios da independência, teria sido claro aos olhos de todos que, se a África não se livrasse da sua herança econômica colonial, ela prepararia para si um porvir sem dignidade. De fato e forçosamente, devemos constatar que o quadro herdado do colonialismo, ao qual as economias nacionais permaneceram prisioneiras, é o responsável em larga medida pela crise econômica na qual o continente está mergulhado, desde a segunda metade dos anos 1970. Infelizmente, seriam necessários vinte anos de independência para compreender que, enquanto a África persistisse em se deixar cair em tentação pelo sistema econômico colonial, ela não realizaria nenhum verdadeiro progresso em matéria de gestão socioeconômica e continuaria a fazer “parte da mais baixa casta da hierarquia [econômica] internacional”, correndo o risco “de permanecer imutavelmente relegada ao último escalão desta hierarquia”². Indubitavelmente, a adoção de estratégias eficazes de descolonização econômica é uma necessidade para a África, caso ela queira atingir elevadas taxas de crescimento, diversificar a sua produção, progredir na via da autonomia e alcançar um desenvolvimento autossustentável.

Para a imensa maioria dos africanos, as esperanças depositadas em uma rápida transformação da economia, tão logo alcançada a independência, infelizmente não se realizaram. A economia africana passou, ao contrário, por uma série de crises e a revolução não mais expressava a crescente esperança dos africanos mas, a sua progressiva decepção; razões pelas quais sucederam-se no continente revoltas militares e sublevações políticas. Por que a África não conheceu ela o desenvolvimento econômico que a independência parecia lhe prometer? Quais erros teria ela cometido? Para trazer tão somente um esboço de resposta rigorosa a estas questões, nós devemos, primeira e principalmente, analisar as estratégias econômicas dos países independentes da África, no início dos anos 60.

2 A. A. MAZRUI, 1977, pp. 17-18.

Em direção a uma estratégia socialista para a descolonização

Os planos de desenvolvimento elaborados após a independência primavam, como vimos, pela ausência de estratégia ou ideologia coerentes em relação ao desenvolvimento. Com maior frequência, eles estavam circunscritos aos grandes parâmetros da economia clássica e neoclássica: o crescimento do PIB, a expansão do investimento e a mobilização da poupança, o estabelecimento de infraestruturas econômicas e sociais, o desenvolvimento dos serviços sociais, a ajuda estrangeira, os investimentos privados estrangeiros e as medidas de incitação para atraí-los. Muitos destes planos avalizavam, ao menos implicitamente, as políticas e estratégias herdadas do colonialismo.

Assim sendo, os autores do primeiro plano de longo prazo para a Costa do Marfim (1960-1970)³ julgavam indispensável manter e, mesmo aumentar, as contribuições estrangeiras no referente aos fatores produtivos, sob o pretexto de faltarem recursos a serem investidos na economia nacional, além da especialização requerida. Um dos principais objetivos do plano era diversificar a produção agrícola destinada à exportação, implicando em um agravamento na dependência econômica em relação aos países centrais. Em suplemento, o plano acordava ao Estado um papel central na condução do processo de desenvolvimento. No imediato posterior à sua independência, este modelo marfinense foi, não somente, imitado por numerosos países africanos mas, inclusive, ultrapassado no que se refere à maioria das ex-colônias francesas, as quais chegaram até a tomar medidas para reforçar os seus laços econômicos com a metrópole: enquanto os outros países da África criavam as suas próprias instituições monetárias, todas as antigas possessões francesas, com exceção do Mali e da Guiné, conservaram os seus laços com a França no quadro de uma zona monetária comum.

Em oposição a esta estratégia de desenvolvimento neocolonialista, alguns países africanos lançaram-se, imediatamente após a independência, em políticas e programas supostamente capazes de descolonizar a economia. Na maioria dos casos, todavia, este procedimento estava ligado ao desejo de orientar a sociedade em direção a objetivos *socialistas*. Certamente, o termo “socialista” admitia conotações diversas e diferentes qualificações – “socialismo africano”⁴, “socialismo

3 Governo da Costa do Marfim, 1967.

4 Governo de Gana, 1964, p. 15.

democrático e cooperativo⁵”, “socialismo neodesmouriano⁶” ou “socialismo realista e de bom senso⁷” – mas, o conteúdo social e econômico era sensivelmente o mesmo em todos os casos. Diferentemente dos países engajados em uma estratégia econômica e liberal de tipo não colonialista, estes países desejavam não somente elevar o nível de vida da sua população mas, em suplemento, transformar radicalmente a própria estrutura da sua sociedade e da sua economia colonial, assegurando *in loco* a transformação dos produtos primários e indo ao enalço de uma política de substituição das importações, através da industrialização do país.

Um dos notáveis aspectos destas primeiras experiências socialistas foi a *rejeição de toda a expropriação em massa, de bens estrangeiros ou de bens nacionais privados*. Os governos destes países estavam mais preocupados em criar capacidades, preferencialmente a nacionalizar as riquezas potenciais e capazes de servir como trampolim aos seus sonhos socialistas. O Mali, um destes países, adotou entretanto uma abordagem nitidamente diferente. Por exemplo, enquanto Gana aceitava uma economia mista como uma etapa transitória na edificação de uma sociedade socialista, o Mali tratou de colocar, sob o controle e o monopólio diretos do Estado, a maior parte do setor moderno e, com maior ênfase, o comércio exterior. Esta última medida confirmou-se particularmente importante para um país que considerava o controle dos seus intercâmbios comerciais como um meio essencial, na administração da mais-valia extraída dos seus produtos de exportação. À imagem das economias marxistas, os planejadores malineses viam as empresas comerciais estrangeiras como o canal pelo qual esta mais-valia era exportada e, enquanto as outras ex-colônias francesas dotavam-se, através de acordos assinados com a França, de uma moeda comum garantida pelo Tesouro francês, o Mali criava a sua própria moeda, o franco malinês.

Tornada independente em 1962, após uma longa e sangrenta guerra de libertação, a Argélia igualmente escolheu uma via socialista de desenvolvimento. Ben Bella, dirigente na luta pela libertação e primeiro-ministro do Novo Estado, explicou-se nestes termos a este respeito: “nós adotamos a análise econômica do marxismo porque nós estimamos ser ela a única válida para o desenvolvimento do nosso país mas, sem contudo e em razão disto, aderimos à sua ideologia, visto que a nossa ação é conduzida por argelinos, árabes de religião muçulmana⁸.”

5 Governo do Mali, sem data, p. 6.

6 Governo da Tunísia, 1962, p. 8.

7 Governo de Madagáscar, 1964, p. 9.

8 *Le Monde*, 23 de Janeiro de 1965, discurso pronunciado na União Geral dos trabalhadores argelinos.

Em certo sentido, a Argélia não tinha escolha, em razão do vazio deixado pelo êxodo da população europeia que abandonou, em massa, explorações agrícolas, usinas e propriedades fundiárias. Estes bens abandonados foram espontaneamente retomados pelo povo, pelos operários agrícolas e pelos trabalhadores da indústria. A economia argelina deve a sua grande originalidade justamente a este fenômeno, a saber, a autogestão do setor agrícola. Estas explorações de caráter autogestor tornaram-se organismos coletivos, dirigidos por assembleias de trabalhadores que deles elegiam os administradores. As ocupações foram rapidamente legalizadas, através da nacionalização da quase-totalidade das explorações agrícolas abandonadas pelos europeus, a saber, cerca de 2,3 milhões de hectares que asseguraram 65% da produção total de cereais. As nacionalizações foram progressivamente estendidas aos setores manufatureiro, mineiro e petrolífero, de tal sorte que ao final dos anos 1960, o setor público (com exceção das empresas de caráter autogestor) representava acima de um terço da produção total.

Estas diferentes variantes do socialismo propunham-se naturalmente a múltiplos objetivos: a descolonização econômica; a intervenção sustentada do Estado em prol do desenvolvimento e o seu controle sobre a economia; a equalização das oportunidades nos planos econômico e social; a limitação do papel do setor privado, assim como da propriedade e dos investimentos privados. No tocante a este último ponto, contudo, a atitude de alguns governos foi, até certo ponto, ambivalente. Muitos não desejavam abolir a propriedade e o investimento privado, mas buscavam sobretudo controlá-los e conduzi-los a contribuir, mediante um acordo com o setor público, para a realização dos seus objetivos econômicos e sociais. Como afirmava o plano de desenvolvimento septenal de Gana (1963/64-1969/70), “a simples ideia de um setor estatal forte e de um setor privado próspero, incapazes de coexistirem no seio de um mesmo sistema econômico, é inaceitável. A organização política de Gana seria concebida de tal forma que cada um destes setores contribuísse ao máximo em prol do crescimento geral da economia⁹.”

Porém, foi na Tanzânia que o socialismo encontrou a sua formulação mais acabada, como solução fundamental para vencer a pobreza, reduzir a dependência do país *vis-à-vis* do estrangeiro e reorganizar radicalmente as relações de produção e de poder, bem como as relações sociais no interior da coletividade nacional. É verdade que na aurora da independência, em 1961, a Tanzânia adotou, à imagem de outros países africanos, uma estratégia de desenvolvimento

9 Governo de Gana, 1964, p. 3.

de tipo liberal, naturalmente, com algumas variantes. Ela privilegiou a produção voltada para a exportação, lançou-se ativamente em busca de empréstimos externos, em particular, de ajuda junto a organismos estrangeiros e concentrou-se, também, na rápida expansão da infraestrutura, todavia, em oposição à maioria dos países do continente, ela igualmente desenvolveu uma ideologia baseada na autonomia. No entanto, até a Declaração de Arusha, em 1967, a Tanzânia seguiu o mesmo rumo que os outros Estados africanos. Trata-se daquilo que Joel Samoff resumiu nestas palavras: “para os socialistas, tornou-se de mais e mais evidente que a Tanzânia seguia a mesma via que os outros Estados africanos. Ela dispunha de muito mais escolas e hospitais; alguns cargos de responsabilidade eram, desde logo, ocupados por africanos; uma indústria local começava a se desenvolver; o salário mínimo fora notavelmente reajustado; e a economia encontrava-se em plena expansão. Mas, ela continuava a obedecer aos antigos preceitos econômicos e aumentava a sua dependência frente ao exterior. A Declaração de Arusha, de 1967, veio sancionar o fracasso da tentativa liberal e dele tirar as consequências¹⁰.”

O fracasso do liberalismo que, de 1961 a 1967, inspirara a política tanzaniana, levou então a um socialismo abertamente afirmado, bem como a toda uma série de mudanças institucionais. Um regime de partido único foi oficialmente estabelecido e um compromisso foi assumido no sentido de aumentar a participação democrática neste novo cenário. Ademais e com maior ênfase, uma radical estratégia de desenvolvimento foi adotada, cujos principais elementos eram: nacionalização das grandes instituições econômicas, em particular, dos bancos, das companhias de seguro, das empresas de importação-exportação e das empresas manufatureiras, bem como, das grandes explorações agrícolas; restrições ao consumo da burguesia abastada, essencialmente pelo viés de um imposto progressivo; “descolonização” dos currículos escolares; esforço acrescido pela diversificação econômica e pela industrialização; e o compromisso resolutivo e altamente proclamado com a autonomia do país¹¹.

O aspecto mais radical deste novo socialismo tanzaniano era a ideologia *ujamaa vijijini*, ou socialismo do vilarejo, fundada no princípio da autonomia econômica. O socialismo devia, doravante, basear-se sobre os valores tradicionais da honra nos vilarejos, opondo o interesse coletivo e a solidariedade do grupo ao individualismo e à exploração capitalistas. O código dos dirigentes, ao colocar ênfase em respeito aos valores morais (ardor no trabalho, a austeridade, a abne-

10 J. SAMOFF, 1981, p. 289.

11 J. K. NYERERE, 1968a; J. SAMOFF, 1981, p. 289.

gação e a devoção à comunidade), interditava aos quadros a criação de empresas privadas ou a posse de mais de uma casa. Isto permitiu suprimir os rendimentos provenientes dos alugueres e nacionalizar inclusive as pequenas empresas. Em razão destas medidas, o setor público representava, em meados dos anos 1980, mais de 80% da atividade econômica.

A despeito do seu radicalismo, a Tanzânia permaneceu, na mesma proporção, dependente da ajuda estrangeira para financiar o seu desenvolvimento e a descolonização econômica, tanto quanto mostrou-se inatingível a sua autonomia. Ainda mais grave, em contrário ao seu desenvolvimento, a economia estagnou, chegando ao ponto de, inclusive e por várias vezes, acusar taxas de crescimentos negativas. Por todas estas razões, a ONU classificou a Tanzânia – juntamente com outros 32 países do continente – na categoria dos países menos avançados (PMA). Em 1977, a respeito desta situação, Reginald Green concluiu ironicamente: “pode se considerar que a passagem ao socialismo está praticamente finda na Tanzânia¹².”

No Senegal, o socialismo africano, preconizado por Mamadou Dia (presidente do Conselho de 1956 a 1962) e por Léopold Sédar Senghor, estabeleceu a diretriz da edificação de uma sociedade socialista fundada em valores comunitários tradicionais, o desenvolvimento do movimento cooperativo e o agrupamento dos vilarejos em comunidades rurais com autonomia administrativa. Aos olhos de Dia, tal como para Senghor, estas cooperativas multifuncionais implantadas nos vilarejos deveriam constituir as unidades econômicas de base, para uma sociedade socialista agrária. Qual seria a função da minúcia analítica, se o Senegal continua a oferecer a própria imagem da dependência econômica e se, vinte anos após a sua independência, o essencial do seu comércio exterior ainda se realiza com a França. A ex-metrópole também garante, há muitos anos, mais de dois terços dos recursos consagrados ao financiamento do desenvolvimento e satisfaz, por pouco que não, a quase totalidade das necessidades em assistência técnica e ajuda financeira. Por sua vez, os investidores franceses fornecem ao Senegal mais de quatro quintos dos capitais privados a ele disponíveis e o Tesouro francês cobre, há anos, o *déficit* do seu comércio exterior.

Entrementes, o socialismo africano à moda senegalesa teve efeitos significativos. Em primeiro lugar, ele desestimulou a formação de empresas capitalistas de grande envergadura nos campos e favoreceu a implantação de estruturas cooperativas rurais. Em seguida, ele justificou, em larga escala, uma intervenção

12 R. H. GREEN, 1977, p. 24.

do Estado com o objetivo de regulamentar e controlar alguns setores-chave da economia nacional. Finalmente, ele acolheu os capitais externos e os capitais privados nacionais. De certa forma, não há nada de surpreendente neste quadro, pois Senghor sempre foi partidário de um diálogo entre a Europa e a África e, inclusive, entre a Europa, a África e o mundo árabe. O seu governo socialista não demonstrou, portanto, nenhum constrangimento em colaborar com os investidores estrangeiros e o setor privado senegalês. Entretanto, como era possível prever, a dependência do país persistiu.

As estratégias setoriais de descolonização econômica

A análise setorial das estratégias e políticas de desenvolvimento macroeconômico operadas nos primeiros anos da independência pelos governos africanos permitirá melhor medir os esforços de descolonização econômica. Nós focaremos com maior ênfase os dois setores diretamente produtivos – a agricultura e a indústria – e a política de africanização no setor moderno das economias do continente.

À época colonial, a África apresentava essencialmente dois modelos de agricultura: por um lado, a agricultura de subsistência tradicional, simultaneamente, modo de vida e sistema econômico, a qual não escoava os seus produtos no mercado senão quando se livrava dos excedentes e quando os produtores necessitavam de liquidez para pagar mercadorias ou quitar impostos cobrados pelo Estado; por outra parte, uma agricultura comercial moderna, inteiramente integrada ao setor monetário da economia. Em alguns países da África, os dois tipos de agriculturas estavam representadas, uma agricultura local, dominada pela produção de subsistência tradicional, coexistente com uma agricultura não africana, esta última quase totalmente em mãos dos colonos, praticada em larga escala nas *plantations* e voltada, em sua grande parte, para a exportação. Em outras regiões, no oeste africano, em especial, esta dualidade se apagava pois, os camponeses também garantiam a produção agrícola destinada à exportação.

Invariavelmente, os governos coloniais privilegiavam a produção voltada para exportação, principal fonte de divisas e receitas públicas. Ainda nos dias atuais as culturas de exportação representam nada menos de 80% das entradas de divisas e receitas públicas nos países que não exportam nem petróleo nem minerais. Em contrapartida, os produtores de culturas de subsistência eram obrigados a se privar dos fornecedores agrícolas e de qualquer apoio técnico – variedades de alto rendimento, adubos, créditos facilitados, financiamento em

pesquisa, serviços de vulgarização agrícola, entre outros. A quase totalidade da produção no setor moderno era comercializada por intermédio de cooperativas agrícolas, as quais se transformaram, durante a Segunda Guerra Mundial e nos anos seguintes, em departamentos de comercialização ou, nos países de língua francesa, em fundos de poupança para estabilização. Estes organismos gozavam de um monopólio na compra e na exportação, fixando a cada estação os preços pagos aos produtores. Nas colônias de povoamento da África Oriental e Austral, o regime colonial impedia aos autóctones produzirem as culturas de exportação, intuindo proteger os colonos europeus de qualquer concorrência. Esta dicotomia está à origem da excessiva dependência das economias africanas frente ao estrangeiro, ela determina as características destas economias duais, baseadas na monocultura, nas quais coexistem um setor exportador moderno, em larga escala nas mãos de exploradores estrangeiros, lado a lado com um vasto setor de subsistência, pouco produtivo e empregando a maioria da população. Quando os africanos conquistaram a sua independência, a sua economia reservava uma considerável porção dos seus recursos à produção voltada para a exportação dos bens, cuja demanda interna era fraca, além de serem dependentes de países externos ao continente, no que diz respeito à satisfação das suas necessidades essenciais, incluindo a maior parte das exigências alimentícias. Esta situação não tinha nenhuma relação com a teoria das vantagens comparadas, resultava tão somente dos efeitos acumulados de uma política imperialista que não via nas colônias nada além de um reservatório de matérias-primas.

Nestas condições, qual foi a estratégia de descolonização seguida no setor agrícola após a independência? Em quais medidas os governos africanos tentaram eles modificar esta estrutura colonial, a privilegiar, com a maior ênfase e ao excesso, a produção voltada para a exportação e as entradas de divisas? Como escreve Ali A. Mazrui, “um novo feitiço encantou [a África], hipnotizando os ambiciosos, atizando os cupidos e seduzindo os famintos por bens. Este feitiço, a saber, o frio dinheiro do estrangeiro, a posse de moeda conversível, consistem em instrumentos de potência internacional¹³.” Por mais lastimável que seja, não causa nenhum espanto que a África independente tenha continuado a desenvolver a suas culturas de exportação com inédito vigor e a negligenciar a produção de alimentos: entre 1960 e 1965, enquanto a produção de culturas voltadas para a exportação aumenta globalmente em 23,3%, as culturas de subsistência, por sua vez, não progredem senão na ordem de 6,7%. Nos primórdios da inde-

13 A. A. MAZRUI, 1980a, p. 65.

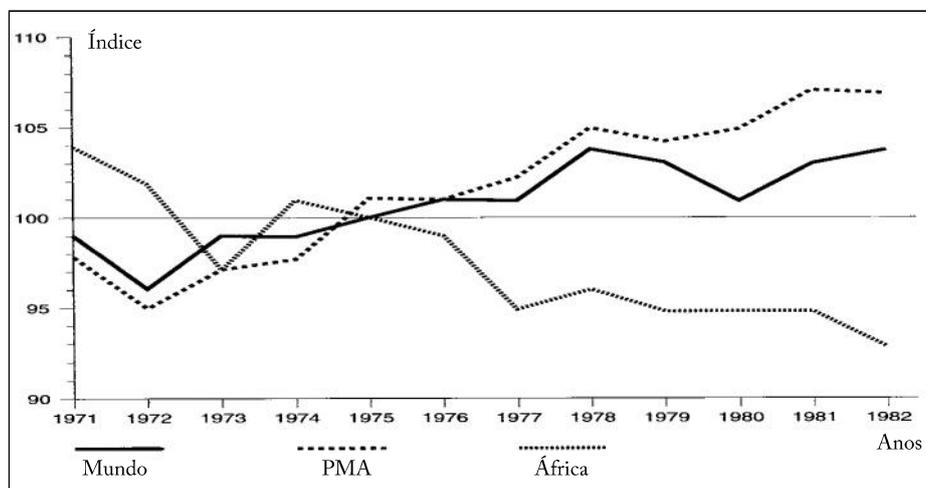


FIGURA 14.1 Evolução na produção alimentícia por habitante: para o conjunto do mundo, PMA e África (base = 1974-1976). (Fonte: FAO, 1982b.)

pendência, os governos africanos permaneceram notoriamente surdos quanto a este conselho: “A maneira mais segura de promover a industrialização [...] consiste em assentá-la sobre bases sólidas, adotando medidas enérgicas, visando aumentar a produção de alimentos, por indivíduo empregado na agricultura¹⁴.” Ao contrário, como apresenta a figura 14.1, a queda na produção de alimentos por habitante persistiu ao longo dos anos 1970 e no início dos anos 1980.

Os medíocres resultados no setor alimentício traduzem, sem sombra de dúvidas, os maus desempenhos do setor agrícola em seu conjunto. Este último permanece, integral e constantemente, em atraso e os seus resultados pioram a partir da independência. Entre 1971 e 1980, produção agrícola aumenta em média 1,7% ao ano, contra 2,1% durante os anos 1960. As razões desta deterioração aparecem claramente na tabela 14.1. Os governos africanos não investiram, em sua proclamada estratégia de desenvolvimento, um volume suficiente de recursos públicos. Evidencia-se com os dados disponíveis que, a preços constantes, a parcela das despesas públicas por habitante, investida na agricultura, baixou em todas as sub-regiões e, sobretudo, na África Central, onde o setor igualmente conheceu os mais fracos investimentos internos por habitante.

Ainda pior, os recursos extremamente limitados disponíveis para os investimentos agrícolas foram invariavelmente despendidos de modo inadvertido.

14 A. LEWIS, 1953.

TABELA 14.1 TAXA ANUAL MÉDIA DE CRESCIMENTO DO CONJUNTO DOS GASTOS PÚBLICOS, PARA TODOS OS SETORES E PARA A AGRICULTURA, EM VALORES CONSTANTES

	Todos os setores reunidos					Agricultura				
	1979	1980	1981	1982	Média 1979-82	1979	1980	1981	1982	Média 1979-82
África do Norte	6,1	4,0	-6,0	3,6	1,8	-6,3	2,2	-0,3	-5,8	-2,6
África Ocidental	9,1	-15,7	-18,4	-1,7	-7,3	-10,4	18,9	-5,4	8,0	2,1
África do Centro-Oeste	20,3	-3,0	3,1	-8,8	2,4	68,7	-7,5	34,2	-34,5	-9,5
África Central	-	-	-	-	-	-13,5	-48,6	10,0	39,1	-0,2
África Oriental e Austral	14,5	-3,9	-11,0	-18,7	-5,5	27,0	4,9	-1,1	-30,7	-2,2

NOTA: os números concernem 24 países

[FONTE: FAO, 1983.]

Com demasiada frequência, voltou-se uma vez mais para investimentos em massa, para fortes investimentos em bens de equipamento e em proveito de uma mecanização, em larga escala, geradora de supercapitalização. Os projetos governamentais previam, usualmente, medidas de proteção social muito dispendiosas, sem considerar, por pouco que fosse, as capacidades e as necessidades dos agricultores africanos. Se por um lado, entre 80 e 90% dos camponeses são pequenos agricultores – dentre os quais uma maioria formada por mulheres, com maior ênfase no setor alimentício –, os produtos agrícolas absolutamente indispensáveis, lhes fazem cruelmente falta. Os serviços de vulgarização agrícola geralmente brilham pela sua ausência, as variedades de sementes selecionadas, os adubos e os pesticidas estão, muito amiúde, indisponíveis. A malha rodoviária e as outras infraestruturas são tristemente insuficientes; praticamente inexistem instalações racionais e eficientes para a estocagem e a preservação dos cereais; o escoamento dos produtos alimentícios, do campo em direção aos centros urbanos ou entre diferentes regiões rurais, raramente é organizado de forma sistemática, mediante o que, uma fortíssima proporção – entre 20 e 40% – da produção de alimentos perde-se em virtude da falta de acesso aos mercados; enfim, a política que consiste em manter baixos preços na base da cadeia produtiva, reduzindo os rendimentos dos camponeses, tem efeitos negativos sobre a produtividade agrícola.

O Plano de Ação de Lagos sublinha este sistemático abandono do pequeno camponês, relembrando que na origem do problema alimentício africano

encontra-se o fato a denotar que os Estados, “na forma do costume, não acordaram a devida prioridade à agricultura, quer seja em alusão à alocação de recursos ou no referente à suficiente atribuição de atenção às políticas relativas à melhoria da produtividade, bem como da vida no mundo rural¹⁵”. Ele acrescenta que “para melhorar as condições nutricionais na África, a pré-condição fundamental consiste em demonstrar uma forte vontade política com o objetivo de prover um volume muito maior de recursos à agricultura, de levar a bom termo uma essencial reorientação nos sistemas sociais, de impor políticas a incitarem pequenos produtores e membros de unidades produtivas agrícolas a atingirem níveis mais elevados de produtividade e, finalmente, implantarem mecanismos eficazes para a formulação e execução dos programas requeridos¹⁶”.

Em respeito ao setor secundário, *os jovens Estados africanos consideram a industrialização como um instrumento essencial de descolonização econômica*. As atividades manufatureiras haviam efetivamente sido desestimuladas pelos regimes coloniais, os quais estimavam que as economias africanas deveriam apoiar a sua correlata metropolitana, fornecendo-lhe matérias-primas e assegurando-lhe mercados cativos, em benefício do escoamento dos seus produtos manufaturados. Tal como demonstra a tabela 14.2, as indústrias manufatureiras não representam em 1960, no período das independências, senão 7,6% do PIB continental africano, contra 12% no sudeste asiático, 13% no médio-orientes e 22% na continente latino-americano. A atividade limitava-se precedentemente ao período independentista à transformação dos recursos agrícolas, florestais e minerais, em artigos manufaturados ou produtos semiacabados, bem como à produção de alguns bens de consumo. O que explica, após a independência, o engajamento dos governos em prol de uma particular atenção a ser conferida às indústrias manufatureiras.

Todavia e como regra geral, as atividades industriais foram, passo a passo, postas em marcha, subtraídas de qualquer plano a garantir-lhes as ligações intra ou intersetoriais, bem como em ausência da estratégia requerida, no sentido de permitir-lhes contribuir, de forma decisiva, para o desenvolvimento econômico e social. As empresas criadas, desde o princípio, foram-no em associação com companhias estrangeiras ou tão somente impulsionadas por investimentos externos, tanto as primeiras quanto estes últimos a explorarem-nas, antes e sobretudo, em seu próprio benefício. Os meios de produção e as matérias-primas eram, por pouco que não, importados. Assim sendo, a industrialização na África abriu os

15 OUA, 1981.

16 Ibid., p. 11, parágrafo 18.

TABELA 14.2 COMPOSIÇÃO DO PIB POR SETOR, EM VALORES CONSTANTES DE 1970 (EM %)

País	Agri- cultura	Indústrias manufatureiras	Elétrici- dade	Indústrias extrativistas	Construção	Comércio	Transporte	Administração pública	Outros
Principais países exportadores de petróleo									
1960	43,1	5,5	1,3	3,8	8,4	19,3	5,5	7,5	5,6
1970	30,2	5,2	0,7	18,5	6,3	24,8	3,2	8,3	2,8
1980	16,3	6,4	0,9	8,6	14,3	24,2	6,6	19,5	3,2
Países não exportadores de petróleo									
1960	42,4	8,6	1,4	4,6	4,0	15,5	5,9	8,9	8,7
1970	35,1	11,7	1,4	5,4	4,7	17,7	6,2	9,4	8,4
1980	27,7	12,4	1,7	5,1	5,4	19,2	7,2	12,8	8,5
Países menos desenvolvidos									
1960	59,2	5,3	1,4	0,8	4,6	15,4	4,3	7,8	1,2
1970	50,6	8,7	1,1	0,9	3,8	17,5	5,0	7,0	5,4
1980	44,2	8,1	1,3	1,3	4,2	17,7	6,9	10,0	6,3
Países em desenvolvimento									
1960	42,6	7,6	1,3	4,4	5,4	16,7	5,8	8,4	7,8
1970	33,4	9,5	1,2	9,8	5,2	20,1	5,2	9,0	6,6
1980	22,8	9,8	1,3	6,6	9,3	21,4	6,9	15,7	6,2

NOTA: as taxas de crescimento setoriais 1960-1970 foram calculadas para 39 países africanos em desenvolvimento para os quais há dados disponíveis, ao passo que as taxas 1970-1980 concernem, como os números globais, o conjunto dos 50 países em desenvolvimento africanos.

[FONTE: Secretariado da CEA.]

caminhos para uma nova fórmula de dependência: em lugar de gerar economias, quiçá lucros, no curso dos intercâmbios comerciais, a indústria tornou-se a raiz principal das perdas neste domínio.

Certamente, o crescimento do setor manufatureiro foi sustentado, durante os anos 1960, e perdurou em ritmo levemente superior àquele do PIB, no decorrer dos anos 1970 (tabela 14.3), contudo, a indústria permanece, ainda nos dias atuais e simultaneamente, um enclave estrangeiro e urbano, em meio à imensidão dos campos economicamente atrasados. Em respeito à produção mundial, o valor agregado pelas indústrias manufatureiras do continente africano não ultrapassava, em 1980, senão ínfimos 0,9%, comparativamente aos 2,7% no tocante ao sudeste-asiático e 6% no tangente ao continente latino-americano. A África apresentava-se, portanto e à época, na qualidade de região com o menor índice de industrialização do globo. Como indicado pela Comissão Econômica para a África (CEA) da ONU, “excluindo-se a produção de um estreito leque de bens intermediários, este setor caracteriza-se pela presença de indústrias leves e produtoras bens de consumo, bem como pelas atividades de transformação elementar, relativamente pouco impulsionadas pela fabricação, realizada a partir de matérias-primas minerais e agrícolas, de produtos acabados e semiacabados, com maior ênfase destinados à exportação. Em suplemento, do ponto de vista das estruturas, a produção repousa sobre pequenas unidades que em nada favorecem a operação de uma economia de escala. A indústria pesada é rudimentar e um pequeno número de países, quando muito e neste âmbito, arriscaram-se de maneira coerente. Consequentemente, a produção de bens de equipamentos permaneceu marginal e, em razão disso, a África subsiste como um dos principais importadores mundiais destes bens, os materiais e máquinas importados representando mais de 35% dos investimentos anuais totais na região¹⁷”.

Após a independência, os governos africanos haviam conferido seis grandes objetivos à industrialização: satisfação das necessidades essenciais das populações; valorização dos recursos naturais locais; criação de empregos; formação de uma base para o desenvolvimento nos outros setores econômicos; criação de um cenário favorável à assimilação e à promoção do progresso tecnológico; além da modernização da sociedade¹⁸. Infelizmente, nenhum destes objetivos realizou-se no curso das duas últimas décadas. Ao contrário, “em razão da natureza disparate das indústrias manufatureiras africanas, da sua insaciável demanda por subsídios de toda a espécie, da fortíssima dependência de muitas dentre elas em

17 Comissão Econômica para a África, 1983, p. 11.

18 OUA, 1981, p. 20.

TABELA 14.3 CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DO PIB POR SETOR, EM VALORES CONSTANTES DE 1970 (EM %)

País	Agri- cultura	Indústrias manufatureiras	Eletrici- dade	Indústrias extrativistas	Construção	Comércio	Transporte	Administra- ção pública	Outros	PIB
Principais países exportadores de petróleo										
1960	5,6	8,8	3,1	28,3	6,3	12,2	3,5	10,6	1,8	9,4
1970	1,4	10,1	6,6	1,1	11,4	5,8	8,3	11,2	4,8	7,9
1980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,7
Países não exportadores de petróleo										
1960	6,5	12,0	8,9	10,2	10,2	10,0	9,0	9,1	11,1	4,3
1970	1,2	4,2	5,4	3,1	5,1	4,4	5,1	6,8	3,8	3,8
1980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,0
Países menos desenvolvidos										
1960	-3,6	15,4	8,9	5,2	12,6	12,2	9,9	13,6	12,8	4,8
1970	1,7	2,4	10,5	7,3	17,1	7,6	16,1	17,5	9,6	3,1
1980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,0
Países em desenvolvimento										
1960	3,7	7,1	4,6	17,3	6,3	9,1	5,1	7,2	4,3	5,8
1970	1,3	5,5	4,2	7,3	4,1	3,2	6,4	6,9	6,2	5,2
1980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,6

NOTA: as taxas de crescimento setoriais 1960-1970 foram calculadas para 39 países africanos em desenvolvimento para os quais há dados disponíveis, ao passo que as taxas 1970-1980 concernem, como os números globais, o conjunto dos 50 países em desenvolvimento africanos.

[FONTE: Secretariado da CEA.]

respeito ao mundo estrangeiro, com vistas à aquisição dos fatores produtivos, bem como, da impotência generalizada em atenuarem o desemprego ou em concederem um impulso dinâmico à economia africana, por tudo isto, o setor industrial apresenta-se-nos atualmente como um domínio em crise, cabendo acrescentar, desde logo, a estagnação da indústria à lista, tanto e ainda maior, das crises a abaterem-se sobre o nosso infeliz continente requestado¹⁹". Subjaz, justa e indubitavelmente, deste fracasso na estratégia de industrialização, a agregar-se aos anos de abandono da agricultura, a responsabilidade pelo agravamento da dependência econômica da África.

A estratégia da africanização

À guisa de conclusão desta análise, sobre as principais abordagens setoriais concernentes à descolonização econômica, nós ensaiaremos de avaliar a estratégia de africanização na economia, adotada por numerosos governos do continente, ao final dos anos 1960 e início dos anos de 1970. A este respeito pôde-se dizer que, "no momento da independência, a economia típica do Estado africano era geralmente estratificada: no topo, os europeus, controladores das grandes empresas industriais e dos principais estabelecimentos comerciais, bem como das grandes plantações; em posição intermediária, os asiáticos e os libaneses, os quais controlavam as médias empresas industriais e o comércio atacadista, assim como, os mais importantes negócios do comércio varejista; finalmente, no rés da escala, os africanos, pequenos agricultores, pequenos comerciantes e empregados subalternos²⁰". No seio do funcionalismo público, a situação em pouco diferia. Os africanos compunham as categorias dos auxiliares de escritório e dos *office-boys*, cabendo aos asiáticos preencherem as funções médias, administrativas e técnicas, e por fim, aos europeus, eram reservados os postos de alto escalão. Se, por um lado, a situação era nitidamente melhor na África Ocidental britânica (em particular na Nigéria e na Costa-do-Ouro), esta segregação econômica era, por outra parte, recorrente à época da independência, nas possessões britânicas da África Oriental e da África Austral, assim como nas colônias francesas, belgas e portuguesas: muitos destes territórios não dispunham nada além de um punhado de africanos diplomados no ensino superior e não mais que uma ou duas centenas de indivíduos escolarizados ao nível secundário.

19 A. ADEDEJI, 1984, p. 5.

20 A. ADEDEJI (direitos de publicação), 1981, p. 29.

A africanização do funcionalismo público figurava, portanto, entre as prioridades nos países africanos recém-independentes. Segundo algumas estimativas, a África contava em 1958 com cerca de 100.000 funcionários europeus²¹. Este índice, o qual não computa o funcionalismo universitário, os missionários, os europeus engajados pelas autoridades locais e os funcionários das nações unidas, ilustra-nos sobre a amplitude da tarefa tocante à africanização da função pública, sob o aspecto estritamente quantitativo. Não consistia em somente nomear africanos em lugar dos estrangeiros mas, tratava-se de substituir administrações de caráter colonial por serviços públicos nacionais.

Em certo sentido, a africanização, ou “indigenização”, dos setores-chave das economias nacionais é o prolongamento da exitosa africanização nos serviços públicos. Esta política pode revestir-se de diversas formas, as mais variáveis, desde a nacionalização de empresas ao simples exercício de um controle sobre a extensão das participações estrangeiras. Tal como observa Leslie L. Rood, “na África, as apropriações de bens estrangeiros classificam-se, usualmente, em uma dentre estas três seguintes categorias: nacionalização de grandes empresas mineiras, pertencentes às empresas multinacionais; nacionalização das pequenas filiais de conglomerados transnacionais, mais amiúde nos setores bancário, securitário e distribuidor de produtos petrolíferos; e africanização das pequenas e médias empresas pertencentes a residentes estrangeiros. Todavia, algumas intervenções do Estado não correspondem exatamente a este esquema: nos países socialistas, as nacionalizações foram estendidas às indústrias manufatureiras, aos bens imobiliários e às *plantations* e, por sua vez, em relação aos países de economia de mercado, algumas companhias europeias, de proporções assaz vigorosas, também foram afetadas pela africanização. Em cada caso, a apropriação poderia ser brutal ou refinada, comportar ou não uma indenização, constituir-se em base voluntárias ou ser imposta autoritariamente²²”.

Segundo um estudo da ONU²³, as nacionalizações e as re-incorporações foram mais numerosas entre 1960 e 1974, com maior ênfase na África Subsaariana, comparativamente a outras regiões do mundo. Em um total de 875 nacionalizações recenseadas em 62 países, durante este período, 340 (ou seja, 39%) ocorreram na África negra. Esta região alcançava a dianteira em todos os

21 N. A. SHAATH, 1975, p. 99.

22 L. L. ROOD, 1976, pp. 430-431.

23 ONU, Secretário-geral, 1974.

ramos industriais, salvo o petróleo, e o valor integral das empresas nacionalizadas perfazia totais da ordem de bilhões de dólares norte-americanos²⁴.

Os estudos realizados sobre a incidência da africanização na economia, em vários países do continente – Egito, Etiópia, Gana, Quênia, Nigéria, Senegal, Tanzânia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia – indicam claramente que os africanos alcançaram retomar, em certa medida, as rédeas da atividade econômica mas, esta última permanece invariavelmente dominada pelos capitais, pela capacidade operacional, pela tecnologia e pelas iniciativas do mundo estrangeiro²⁵. A política de africanização não conheceu senão um limitadíssimo sucesso. Mas, “como uma política de africanização, poderia ela, lograr êxito em um país no qual se deixou estagnar a economia? Até que ponto, um país esmagado pelo peso da sua dívida externa, poderia ele, tentar africanizar a sua economia? Países, primeiramente, demasiado dependentes do comércio exterior e da exportação, referentes a uma gama perigosamente restrita de produtos básicos; em suplemento, uma região em cujos setores tradicionais e modernos divergem profundamente; e, finalmente, uma sociedade cuja base industrial é estreita e fracionada. Este continente não saberia, verdadeiramente, atingir este objetivo. Com efeito, a África não deve, por conseguinte, satisfazer-se em nacionalizar as empresas estrangeiras, impõe-se-lhe tentar transformar a sua atual economia colonial em uma economia autônoma e autenticamente africana, fundada sobre um autossustentável e endógeno desenvolvimento²⁶”.

A estratégia de penetração intra-africana e de integração pan-africana

As potências coloniais haviam recortado a África com total desprezo pela sua história e cultura. O continente igualmente apresentava-se, no momento das independências, como um mosaico de Estados, alguns minúsculos, de problemática viabilidade econômica e política. A este fracionamento acrescentava-se outra herança do colonialismo, correspondente à quase ausência de laços estruturais entre unidades políticas vizinhas. Os Estados africanos haviam sido delibera-

24 Estima-se em cerca de 4 milhões de dólares norte-americanos o valor dos bens norte-americanos provenientes unicamente das nacionalizações a eles pertinentes, em escala mundial de 1960 a 1973. Esta cifra dá-nos uma ideia do volume dos montantes em jogo.

25 A. ADEDEJI (org.), 1981, pp. 45-327.

26 Ibid., p. 389.

damente organizados para abastecerem, antes e sobretudo, as suas respectivas metrópoles e para associarem-se comercialmente, de forma exclusiva, a elas.

Nestas condições, a busca dos objetivos nacionais de descolonização econômica encontrava-se subordinada a uma estratégia de integração econômica regional e à criação de instituições multinacionais com vistas a promover o desenvolvimento e engajar esforços de cooperação planejados.

A bem da verdade, a cooperação e a integração regionais haviam sido reconhecidas como indispensáveis a qualquer estratégia de descolonização econômica, muito antes da conquista da independência política, a origem desta abordagem a situar-se no movimento pan-africanista que visava unificar as forças africanas contra o imperialismo e a dominação colonial. O primeiro chamado em favor da integração econômica remonta ao V Congresso Pan-Africano, organizado na cidade de Manchester (Grã-Bretanha) no ano de 1945: com grande clarividência, o Congresso recomendara a criação de uma união econômica na África Ocidental, objetivando melhor combater a exploração dos recursos econômicos destes territórios nesta região, bem como garantir a participação das comunidades locais no seu desenvolvimento industrial. No ano de 1955, a declaração de Bandung igualmente mencionava a necessidade de uma cooperação econômica nestes países africanos.

Os seus laços com o pan-africanismo explicam as razões pelas quais as estratégias de integração regional, adotadas no imediato posterior às independências, tenham favorecido a criação de organizações regionais competentes, em todos os setores. Assim sendo, a primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes, mantida na cidade de Accra (Gana), no ano de 1958, decidiu fundar um Comitê para a economia e a pesquisa em cada país, assim como uma Comissão Conjunta para a Pesquisa Econômica, composta de representantes de todos os países africanos independentes. A sua tarefa consistia em consolidar as políticas nacionais de desenvolvimento econômico, promover as trocas comerciais e criar uma política industrial comum, bem como coordenar o planejamento econômico dos diferentes Estados, intuindo alcançar um mecanismo de cooperação econômica em escala continental. Após pouco tempo, no ano de 1960, os Estados africanos, desde então independentes, recomendaram a formação de um conselho africano de cooperação econômica, de um banco africano de desenvolvimento e de um banco comercial africano. A implantação de um sistema de tarifas preferenciais, entre os países africanos independentes, era igualmente proposta. Neste clima de entusiasmo coletivo pela integração econômica, formaram-se os grupos de Monróvia, de Casablanca, de Brazzaville e do Magreb, os quais, por sua vez, estavam incumbidos de formular diversas

propostas, com vistas à criação de um mercado comum africano, de um sistema de pagamentos continental e unificado, assim como de um banco africano de desenvolvimento econômico.

O estabelecimento de organizações multinacionais regionais, de múltiplas vocações, chocou-se, todavia, com vários obstáculos. O mais importante dizia respeito à pouca idade dos Estados, os dirigentes nacionais aceitavam com sérias reservas trocar uma autoridade recentemente conquistada, em proveito de órgãos de decisão coletivos. Por outro lado e em segundo plano, a ausência de infraestruturas regionais adequadas, especialmente redes de transporte e comunicação, limitavam os intercâmbios e a circulação. Como terceiro obstáculo, os jovens Estados haviam adotado ideologias políticas, por vezes, divergentes. Finalmente mas, não menos importante, as sólidas relações bilaterais que os países africanos mantinham com as ex-metrópoles militavam, ainda e fortemente, contra as aproximações intra-africanas.

A primeira organização multinacional africana com vocação múltipla foi criada em abril de 1958, tratava-se da Comissão Econômica para a África (CEA) da ONU. Cinco anos mais tarde, a Organização para a Unidade Africana (OUA) era fundada. A missão atribuída à CEA consistia em lançar o processo de desenvolvimento econômico africano, inclusive em suas dimensões sociais, facilitando e integrando-se a ele; ela deveria, outrossim, acompanhar e reforçar as relações econômicas dos países e territórios do continente, tanto entre si quanto com outros países do mundo. Os objetivos da OUA eram, naquilo que lhes dizia respeito, sobretudo políticos, mas a organização também foi encarregada de coordenar e intensificar a cooperação, intuindo oferecer melhores condições de vida aos povos da África, eliminar o colonialismo em todas as suas formas e corroborar a cooperação internacional. As duas instituições foram convidadas a estreitar os laços entre si, mas coube justamente ao primeiro chefe da CEA promover a cooperação e a integração econômicas no continente.

No início dos anos 1960, a CEA constatou que o procedimento mais viável, com vistas à integração regional, consistia em agir por etapas, no interior de áreas geográficas limitadas, preferencialmente a impor um mecanismo global em escala continental. Ela dividiu, portanto, a África em quatro sub-regiões – África Oriental e Austral, África Central, África Ocidental e África do Norte – dotadas cada uma de um escritório sub-regional atuando como antena propagadora do seu secretariado. A principal função destes escritórios era facilitar as decisões e as ações coletivas em nível local, conduzindo os estudos apropriados, participando na elaboração e na execução de projetos multinacionais, bem como, fornecendo, *in loco* e em permanência, a assistência técnica especializada. A sua eficácia, no

sentido de incitar os Estados africanos a organizarem dispositivos de cooperação, revelou-se, todavia, uma rápida decepção, em razão da sua falta de recursos e porque nenhum mecanismo institucional estava previsto para assegurar a participação dos governos em suas atividades e em seus programas de trabalho. Na ocasião, foram criadas, para reforçar a CEA em seu papel de catalisadora da integração regional, Equipes Consultivas Multinacionais e Interdisciplinares das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAT), encarregadas de melhorar as capacidades operacionais dos escritórios sub-regionais. Rapidamente tornou-se notável que estes órgãos, meramente consultivos, não eram suficientes; imprescindível foi criar instrumentos mais operacionais para promover a cooperação econômica. Desta forma, as UNDAT foram substituídas, no ano de 1977, pelos Centros Multinacionais de Programação e Execução dos Projetos (MULPOC). Atualmente, estes centros existem um número de cinco, nas diferentes sub-regiões do continente (figura 14.2) e o seu funcionamento permite, até certo ponto, vislumbrar o porvir da integração econômica regional na África.

Existem, nos dias atuais, muitos agrupamentos econômicos organizados em escala regional cuja integração é diversamente impulsionada (figura 14.3). No oeste africano, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) (figura 14.4) reúne os membros de outras comunidades, como a Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO), o Conselho do Entendimento e a Mano River Union. Na África Central, a última comunidade econômica criada pela CEA, no ano 1983, a Comunidade dos Estados da África Central (ECCAS), agrupou os cinco Estados membros da União Aduaneira dos Estados da África Central (UDEAC) – Congo, Gabão, República Centro Africana, República de Camarões e Tchad) – com vistas a constituir, a termo, um mercado comum centro-africano. Por seu lado, o Burundi, Ruanda e o Zaire formaram a Comunidade Econômica dos Grandes Lagos (CEPGL). Na África Oriental, a Comunidade da África do Leste, fundada no ano de 1967 pelo Quênia, por Uganda e pela Tanzânia, desintegrou-se em julho de 1977. Por intermédio do seu MULPOC, para a África oriental e austral, a CEA conseguiu criar uma Zona de Comércio Preferencial da África Oriental e Austral, onde não somente estaria prevista a liberalização das trocas mas, igualmente, uma cooperação e uma especialização dos diferentes países, no que diz respeito: à criação de indústrias de base e estratégicas mas, também, das culturas de subsistência e da pecuária; ao incentivo em favor do desenvolvimento na ciência e na tecnologia; à exploração e utilização dos recursos naturais; à valorização dos recursos humanos; ao estabelecimento de uma rede de transportes e de comuni-

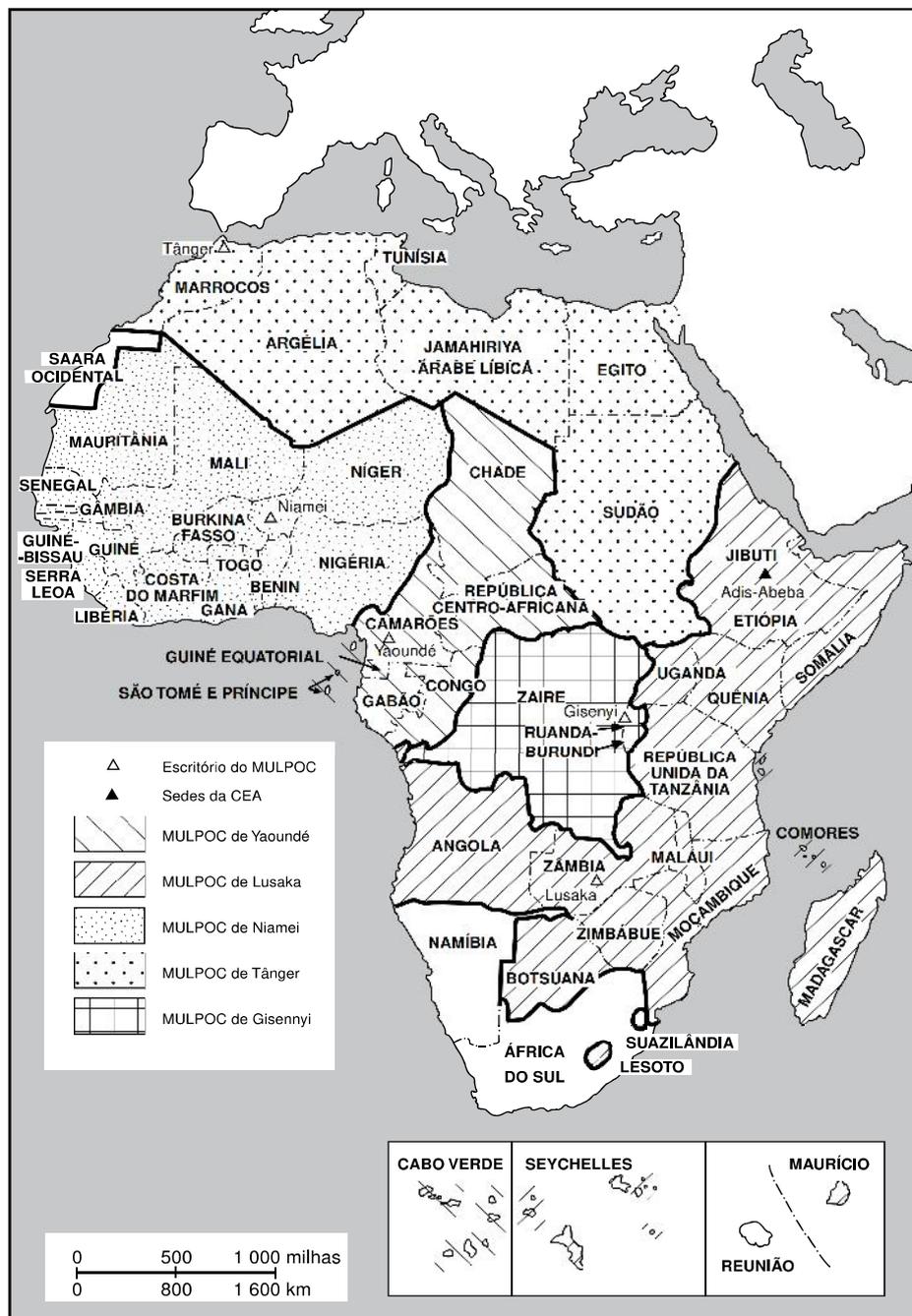


FIGURA 14.2 Repartição regional dos MULPOC. (Fonte: segundo a CEA, Addis-Abeba.)



FIGURA 14.3 Agrupamentos econômicos regionais na África. (Fonte: segundo a CEA, Addis-Abeba.)

cações (Figura 14.5). Na África do Norte, um Comitê Consultivo Permanente foi instituído desde 1964, para a Líbia, o Marrocos e a Tunísia.

Os Estados membros destas organizações de vocação múltipla pertencem igualmente a aproximadamente 130 organizações econômicas intergovernamentais, setoriais ou multisetoriais, cuja missão consistia em promover a cooperação econômica e técnica no continente africano. Em suplemento, são regularmente mantidas conferências institucionais de ministros e funcionários de alto-escalão, abrangendo certo número de temas específicos.

Numerosas dentre estas múltiplas organizações ainda não demonstraram a sua eficácia no tocante à promoção da cooperação. A interpenetração dos países africanos caracterizou-se, antes e sobretudo, por uma insuficiente compreensão acerca dos objetivos e das modalidades da cooperação econômica. Muito amiúde e com efeito hipóteses válidas nos países avançados mas, falsas quando aplicadas nos países africanos em desenvolvimento, presidiram a criação e o funcionamento dos agrupamentos econômicos africanos. Postulou-se, à ocasião, a existência de: uma imensidão de unidades de produção, responsáveis individualmente, por uma fração mínima do produto nacional; uma economia próxima do pleno emprego, com empresas a funcionarem marginalmente e, outras, operando a partir de novos investimentos, igualmente marginais em relação à capacidade de produção existente; de incontáveis empreendedores muito motivados, perfeitamente conhecedores dos mercados de capitais e dos produtos, capazes de explorar os novos filões de mercado, *in loco* e no estrangeiro; finalmente e como último postulado, as vantagens da cooperação deveriam, em tese, ser repartidas proporcionalmente, entre países dotados de uma igual capacidade em tirar proveito da sua cooperação²⁷.

Ora, os dados da situação africana são distintos, caracterizando-se, antes e sobretudo, pelas seguintes considerações: a falta de empreendedores competentes no setor público, tanto quanto no privado; a penúria de mão de obra qualificada; o limitado conhecimento sobre as fontes de abastecimento em matérias primas; a escolha restrita de tecnologias; a limitada integração intersetorial; a exiguidade dos mercados internos, comparativamente ao tamanho das empresas. Nestas condições, os objetivos e as modalidades da cooperação deveriam ser fundamentalmente diferentes daqueles prevalentes entre países industrializados.

Em outros termos, a cooperação econômica entre países africanos não deveria unicamente visar a facilitação do comércio mas, também ser direcionada

27 Comissão Econômica para a África, 1976, p. 50.

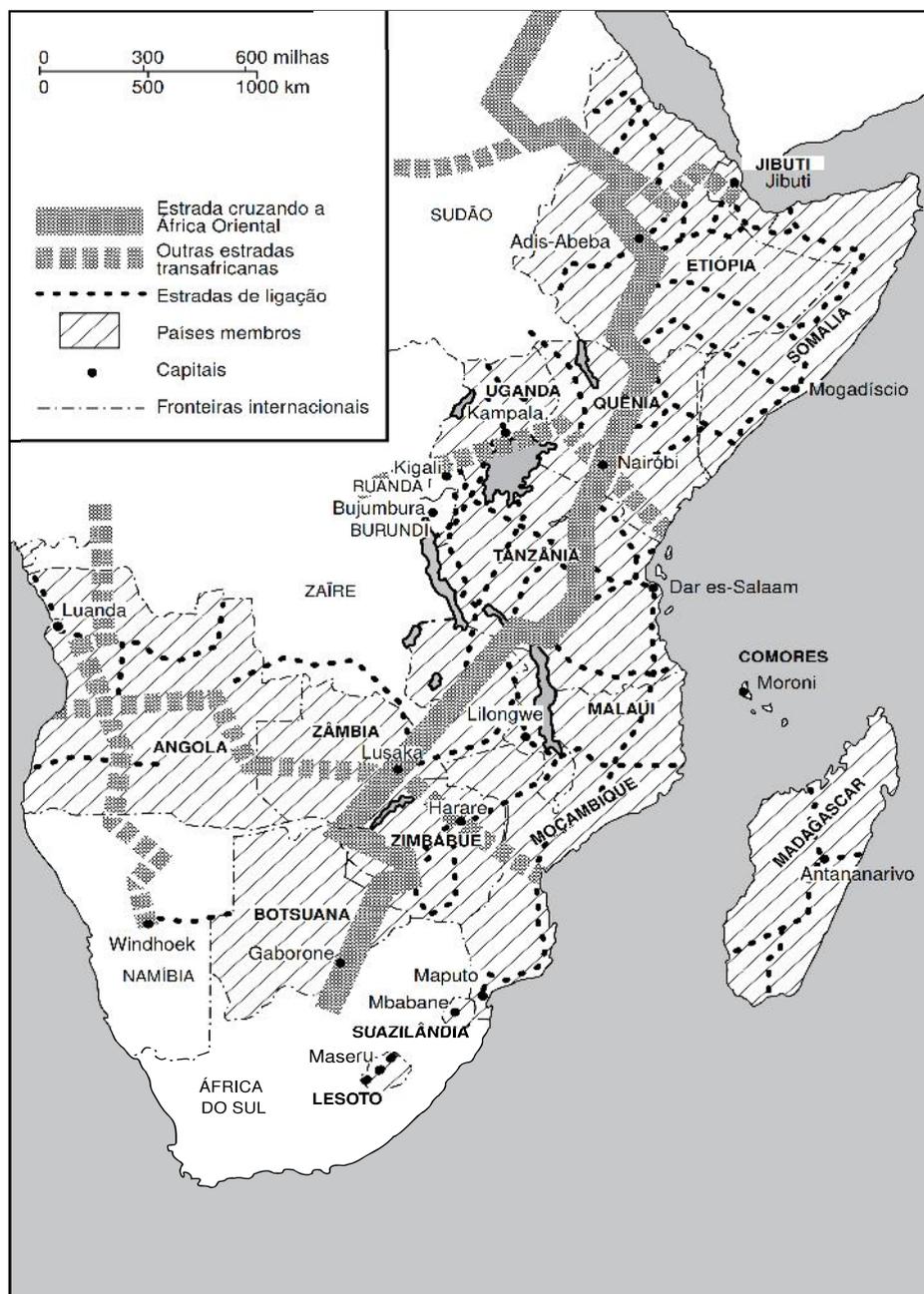


FIGURA 14.5 Zona de Comércio Preferencial na África Oriental e Meridional: projetos de autoestradas. (Fonte: segundo a CEA, Addis-Abeba.)

pelos imperativos da produção. Ela deveria permitir criar e utilizar novas capacidades produtivas, especialmente de serviços e de bens intermediários ou de consumo²⁸. Com este propósito, seria necessário integrar as economias nacionais e reorientar os modelos de consumo, bem como as estruturas produtivas, no sentido da satisfação das necessidades internas, mas também no intuito de promover a autonomia nacional. Ora, muito frequentemente, os diferentes setores das economias africanas não mantêm senão laços assaz frouxos entre si.

Na qualidade de outro problema maior, os Estados cooperados têm demonstrado muita dificuldade em atingir o consenso sobre as modalidades relativas à divisão de custos e sobre os benefícios pertinentes à cooperação econômica – especialmente, porque eles temiam que as medidas de liberalização nas trocas, implicadas em um mercado comum, fizessem-lhes perder receitas fiscais na exportação ou na importação.

Esta dificuldade está estreitamente ligada a considerações sobre a equidade e o equilíbrio no seio dos agrupamentos econômicos, haja vista o registro, referente a alguns dentre eles, de taxas de crescimento inferiores, comparativamente ao que eles alcançariam se mantidos à margem. A implementação de mecanismos de ajuste no tocante aos recursos e relativamente aos encargos, com o objetivo de corrigir estes desequilíbrios, constituiu para estes agrupamentos um problema relevante, pois os dispositivos deste gênero deveriam englobar “não somente as somas a serem recuperadas em razão dos direitos aduaneiros abolidos mas, em suplemento, as vantagens tiradas de elementos ‘dinâmicos’ imponderáveis e de impossível contabilização, tais como: as elevações no rendimento dos fatores produtivos, atribuíveis à integração econômica, a possibilidade de poupança externa e a expansão dos empregos²⁹”.

A cooperação econômica entre países africanos também marcou passo, em função de numerosos dentre eles se terem mostrado exageradamente intransigentes no tangente ao capítulo da soberania nacional e, também, porque os dirigentes políticos muito hesitaram em sacrificar, por menor que fosse, uma fração desta soberania nos setores cruciais da política econômica.

A insuficiência nos equipamentos de infraestrutura e a ausência de quadro institucional capaz de promover a cooperação econômica constituíam obstáculos não menos reais. As insuficiências mais severas comportavam a ausência, entre os Estados-membros, de uma moderna rede de transportes e comunicação; a inexistência de mecanismos de compensação, de moeda comum e de acordos de

28 Para mais detalhes sobre este ponto, verificar A. ADEDEJI, 1976.

29 Ibid., p. 45.

pagamento entre países africanos; e a ausência de instituições multinacionais de desenvolvimento, capazes de identificar e preparar os projetos cabíveis e aptas a promoverem o investimento e oferecerem assistência de peritos. Sob esta perspectiva, a criação pela CEA da Câmara de Compensação da África Ocidental e dos Acordos de Pagamento e de Compensação da África Central, assim como os mecanismos de pagamento e de compensação, postos em operação no âmbito da Zona de Comércio Preferencial, deveriam facilitar consideravelmente as coisas. O Decênio das Nações Unidas para os Transportes e a Comunicação na África, lançado por iniciativa da CEA, permitiu lançar as bases para redes regionais e sub-regionais de transportes e de comunicação.

As crescentes divergências em matéria de ideologia política e de orientação econômica, notoriamente entre países socialistas e países capitalistas, igual e fortemente, pesaram sobre a cooperação. Assim sendo, a questão crucial consistia em conceber, tanto quanto possível, mecanismos institucionais redutores dos conflitos, estendendo ao máximo a margem de cooperação.

Outrossim, dificuldades surgiram pela ambivalência das atitudes em respeito à cooperação econômica. As iniciativas políticas e as cartas de intenção coletivas, com efeito e demasiado raramente, foram seguidas de medidas concretas e, muito amiúde, as ações conduzidas ao nível nacional revelaram-se em contradição total com as declarações feitas nos fóruns internacionais.

Como desdobramento da Cúpula Econômica Africana, mantida nos dias 28 e 29 de abril de 1980, em Lagos, a qual consumou-se notadamente pela adoção do Ato Final de Lagos, nos termos do qual os chefes de Estado e de governo se engajavam a estabelecer uma comunidade econômica africana antes do ano 2000, a CEA, em colaboração com a OUA, intensificou os seus esforços, para racionalizar e reforçar os agrupamentos econômicos regionais implantados e para criar associações de mesmo caráter nas regiões onde estas últimas inexistiam, de maneira a cobrir inteiramente o continente. Após a assinatura, no dia 23 de outubro de 1983, do tratado fundador da Comunidade Econômica da África Central, ratificado por 10 Estados desta região, a África Subsaariana passou a ter três grandes agrupamentos de cooperação econômica regional. Estes agrupamentos, convocados a tornarem-se os vetores da estratégia de penetração intra-africana e a servirem de moldura à integração pan-africana, são: a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, reunindo 16 Estados-membros e constituída cinco anos antes do Ato Final de Lagos; a Zona de Comércio Preferencial da África Oriental e Austral, nascida em dezembro de 1981, a qual deveria poder contar com a participação de 22 Estados; e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central, à qual 10 países aderiram.

Deterioração da economia africana e persistência do sistema neocolonial e da dependência econômica

A despeito de todas as estratégias de descolonização econômica às quais se lançaram os governos africanos, nos níveis macroeconômico e setorial, a economia africana conserva as estruturas herdadas do colonialismo (tabela 14.4) e as condições de existência da população no continente, praticamente não melhoraram. Estas estratégias não alcançaram provocar a esperada transformação socioeconômica; elas trouxeram, quando muito, mudanças estruturais marginais.

Entre 1960 e 1980, o PIB global dos países africanos, a *grosso modo*, triplicou para atingir cerca de 86 bilhões de dólares norte-americanos (em valores relativos ao ano de 1980), o que representa um crescimento anual médio de 5,6% (tabela 14.3). A sua renda por habitante passou de uma média de 133 dólares norte-americanos, em 1960, para 243 dólares norte-americanos, em 1980 (ou 740 dólares norte-americanos, em valores de 1983). Esta espetacular progressão não deve provocar ilusões: a renda por habitante, na África, não representava, em 1980, senão 7,6% daquela referente ao conjunto dos países industrializados, estimada em 9.684 dólares norte-americanos, comparação esta que lança, inapelavelmente, luz sobre a amplitude do subdesenvolvimento africano. O crescimento foi frágil e, eventualmente, irregular, com maior ênfase e em razão da predominância do setor agrícola e pelo fato das economias africanas estarem submetidas às aleatoriedades do clima e do comércio internacional. Assim sendo, a forte expansão do PIB, verificada entre 1965 e 1970, dizia respeito essencialmente aos excepcionais resultados na agricultura e a um crescimento na demanda externa; a desaceleração na expansão, quanto a ela, rebaixada a uma taxa de 4,5% durante os cinco anos seguintes, também deve-se, primeiramente, a uma queda sem precedentes na taxa de expansão da produção agrícola, reduzida a 1,4% ao ano, bem como à recessão consecutiva ao quádruplo aumento nos preços do petróleo, ocorrido em 1973-1974. Esta recessão sufocou a demanda externa por produtos da região e a taxa de crescimento anual das exportações desabou para apenas 0,5%. A leve retomada observada no período 1975-1980, corresponde sobretudo ao revigoramento da demanda por produtos não petrolíferos, após um breve momento de ajustes ao novo regime de preços da energia nos países desenvolvidos mas, a situação não tardaria a se deteriorar brutalmente, em razão dos novos aumentos nos preços do petróleo e do impacto de uma série de fenômenos, compreendendo desde a seca prolongada até as baixas na demanda exterior e nos preços de exportação que provocam, particularmente, uma compressão sem precedentes dos haveres em divisas. Em 1981, o cresci-

TABELA 14.4 OS PRINCIPAIS PRODUTOS E AS MONOCULTURAS DE EXPORTAÇÃO NAS ECONOMIAS AFRICANAS (EM %)

País	Principal produto de exportação	Participação nas exportações totais			Participação nas receitas públicas			Participação no PIB			Participação na formação do capital		
		1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Argélia	petróleo	-	67,5	91,6	-	50,1	-	-	18,8	381,9	-	10,7	332,5
Botsuana	diamantes	-	14,7	60,8	-	16,5	89,8	-	4,1	40,0	-	9,2	300,0
Congo	petróleo	-	10,5	77,9	-	4,7	128,7	-	1,4	41,4	-	3,1	615,4
	madeira	-	52,3	11,6	-	23,7	19,1	10,4	6,5	1,3	15,5	19,5	91,1
Costa do Marfim	cacau	22,4	20,5	25,2	-	26,4	25,7	7,0	8,1	9,6	45,3	19,2	95,0
	café	48,5	33,2	20,5	-	42,6	20,9	15,2	13,1	9,8	98,4	13,2	77,1
	madeira	16,3	17,9	15,1	-	23,2	15,4	5,2	7,1	6,7	33,9	5,0	56,7
Egito	petróleo	-	4,6	57,8	-	2,2	15,0	-	0,6	1,8	-	3,6	31,1
	algodão	66,1	44,6	13,9	-	21,0	3,6	9,9	5,6	1,9	59,7	14,6	12,3
Etiópia	café	49,0	59,3	64,1	-	38,9	47,4	1,6	4,1	7,0	13,4	32,6	96,3
Gabão	petróleo	21,4	34,3	62,3	-	-	-	9,0	17,6	-	20,4	19,6	-
	manganês	-	8,5	6,6	-	-	-	-	4,4	4,4	-	12,3	41,4
Gâmbia	amendoim	-	95,1	54,1	-	190,0	35,8	-	29,8	8,1	-	191,6	53,1
Gana	cacau	57,3	64,2	56,2	-	68,6	-	22,2	14,1	12,6	96,7	93,7	220,1

Quênia	derivados de petróleo	-	15,4	31,5	-	20,7	26,0	-	3,3	7,2	-	13,4	88,4
	café	-	20,5	21,0	-	27,5	17,3	-	4,3	4,8	-	17,7	58,8
	chá	-	12,1	11,2	-	16,6	9,3	-	2,6	2,6	-	10,5	32,5
Libéria	minério de ferro	41,9	70,1	52,7	-	221,9	153,4	128,1	39,5	30,6	115,3	169,7	208,3
Líbia	petróleo	-	99,7	99,9	-	228,0	-	-	78,4	61,9	-	410,5	850,6
Malawi	tabaco	-	33,4	43,9	-	43,0	52,9	-	6,7	11,4	-	13,9	107,0
Mali	amendoim	-	14,5	2,3	-	14,0	-	-	1,6	-	-	8,6	7,5
	algodão	-	21,0	48,1	-	20,5	-	-	2,4	7,1	-	10,7	157,6
Mauritânia	minério de ferro	-	84,8	77,8	-	48,0	-	-	39,5	23,6	-	163,5	247,9
Maurício	açúcar	22,0	91,6	67,0	-	149,1	125,3	29,8	38,5	30,6	67,9	243,1	653,2
Marrocos	fosfatos	23,7	23,1	31,2	-	16,6	17,2	5,1	3,4	5,3	45,7	13,5	557,9
Níger	urânio	-	-	74,3	-	-	-	-	-	5,6	-	-	-
Nigéria	cacau	20,6	15,0	9,0	-	19,7	-	3,1	1,8	-	27,1	192,9	6,0
	amendoim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	petróleo	2,7	57,6	95,3	-	110,2	-	0,4	7,1	-	3,9	596,0	615,1
Senegal	amendoim	83,9	37,7	13,3	-	40,3	-	16,5	7,1	8,3	155,7	69,8	40,1
	fosfatos	1,0	7,8	16,4	-	8,5	-	0,3	1,6	2,8	3,3	1,5	49,7
	derivados de petróleo	-	3,1	18,7	-	3,3	-	-	0,6	3,3	-	-	37,0

Serra Leoa	minério de ferro	14,0	11,9	-	18,4	-	38,2	3,1	-	69,0	18,6	-
	diamantes	55,6	62,5	53,3	96,6	63,3	112,2	16,4	10,2	275,0	76,1	100,0
Sudão	algodão	52,2	61,3	44,9	32,0	21,8	9,5	9,9	1,8	10,5	10,1	62,9
Togo	fosfatos	-	24,5	39,6	46,5	-	-	5,6	13,7	-	35,1	125,2
Tunísia	petróleo	-	24,4	50,7	-	40,3	-	3,6	15,0	-	-	141,6
	fosfatos	17,7	20,3	3,0	-	5,6	3,1	3,0	2,1	15,0	15,3	19,4
Uganda	café	36,9	50,4	98,7	85,2	31,0	8,5	11,9	8,9	91,3	81,6	372,0
	algodão	32,3	17,4	1,2	29,4	82,1	7,4	4,1	-	80,0	27,8	4,6
República de Camarões	petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	cacau	-	23,8	21,3	34,8	27,5	7,2	5,4	4,2	51,8	27,0	47,0
	café	-	22,8	21,7	33,4	25,4	4,1	5,2	6,3	36,7	25,9	48,5
	madeira	-	6,5	11,3	9,5	14,7	-	1,5	2,3	-	7,6	25,1
República Unida da Tanzânia	café	13,1	17,4	23,4	19,6	-	3,9	3,8	8,2	31,5	15,1	36,4
Zaire	cobre	63,6	-	43,3	80,7	51,4	-	35,4	18,7	-	106,5	49,5
	cobalto	22,4	-	21,2	7,5	25,2	-	3,3	6,2	-	9,8	24,2
Zâmbia	cobre	-	95,2	91,3	149,0	132,1	-	63,5	79,5	-	196,4	446,0

(FONTE: Secretariado da CEA; FMI, Statistiques financières internationales, Anuário, 1982 e 1983, e vol. 37, no 5, maio de 1984.)

mento cai de forma brutal e passa a uma taxa negativa de -3% (em valores de 1980), acontecimento inédito na história recente da África. No total, o PIB progrediu um pouco mais os anos 1960 (5,8%), comparativamente aos anos 1970 (5,2%).

Em busca de uma nova ordem econômica nacional, regional e internacional

A maioria dos Estados africanos se deu conta, no início dos anos 1970, que seria necessário elaborar e aplicar, com rigor, novas estratégias em nível nacional, regional e internacional, caso fosse desejado retirar o continente da cilada representada pela estagnação econômica. Em nível nacional, isto implica na instauração de uma nova ordem econômica, fundada nos princípios da autonomia e do desenvolvimento autossustentável. No âmbito regional, os países africanos deverão conquistar uma maior margem de autonomia coletiva. Finalmente, em termos mundiais, trata-se de fundar uma nova ordem econômica internacional.

No curso desta busca por uma estratégia mais eficaz e mais realista de descolonização econômica, o posto de honra cabe, incontestavelmente, a dois documentos, um deles adotado pela Conferência Ministerial da CEA, em fevereiro de 1971, intitulado *Estratégia da África para o Desenvolvimento na Década de 1970*³⁰, o segundo, adotado pela Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, por ocasião do seu décimo aniversário, em maio de 1973, nomeado *Declaração Africana sobre a Cooperação, o Desenvolvimento e a Independência Econômica*³¹. Todavia, antes que estes textos tivessem alcançado suscitar a elaboração de projetos operacionais, o mundo foi confrontado a uma decisão fundamental que abalaria as relações econômicas entre os países industrializados e o Terceiro-Mundo.

No dia 23 de dezembro de 1973, o xá do Irã anunciava que o barril de petróleo bruto leve, então cotado a 5,04 dólares, seria doravante vendido a 11,65 dólares. Esta simples decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) balançou a economia internacional, atingindo os seus fundamentos ao menos por um tempo. Ela foi saudada como um ponto de inflexão histórico, pois permitiu a alguns membros do cartel, entre eles e no primeiro plano a Argélia, desenvolver uma estratégia de contrapenetração dos países industrializados, lide-

30 Comissão econômica para a África, E/CN/14/493/Rev. 3, ocorrida em 6 de fevereiro de 1971.

31 OUA, CM/ST. 12 (xxi).

rando um movimento em favor da instauração de uma nova ordem econômica internacional. A iniciativa da OPEP surgiu como uma manifestação concreta do potencial poder dos países em desenvolvimento.

Em 1974, os países do Terceiro-Mundo deram uma demonstração de solidariedade entre si, por ocasião da sexta sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, no curso da qual eles exigiram uma nova ordem econômica internacional. Todavia, as consequências, ligadas à alta nos preços do petróleo bruto, sobre as frágeis economias dos países africanos importadores de petróleo, particularmente sobre as suas contas externas e os seus custos de produção, provocaram junto a eles certo desencanto, tanto mais em razão da estabilidade nas cotações das outras matérias-primas, as quais não haviam sido reajustadas segundo os índices propostos pela OPEP. Ainda nos dias atuais, as cotações dos outros produtos primários permanecem, na realidade, ancoradas em mercados livres, os quais estão submetidos a fortíssimas flutuações na demanda e nos preços e, no interior dos quais, as sociedades multinacionais detém, ainda e no cenário internacional, a última palavra. Numerosas tentativas foram e continuam sendo feitas com o objetivo de criar cartéis de produtores de outros minerais e de produtos agrícolas destinados à exportação, contudo, os dados econômicos apresentam obstáculos a estes projetos, uma vez que os países industriais importadores destes produtos dispõem de numerosas soluções de substituição, garantindo-lhes a capacidade de enfrentamento diante dos cartéis de produtores. De impossível imitação em outros setores, o golpe de força aplicado com êxito, pela OPEP, permitiu ao menos relançar a campanha do Terceiro-Mundo em favor de uma nova ordem econômica internacional. Esta campanha concentrou-se principalmente em seis objetivos: estabilização nas cotações dos produtos primários; tratamento pontual das dívidas do Terceiro-Mundo; reestruturação do comércio internacional e abolição das práticas intervencionistas, próprias aos países do Hemisfério Norte, frente aos países do Terceiro-Mundo; facilidades de acesso à tecnologia ocidental; reordenação das capacidades produtivas industriais mundiais em favor dos países do Terceiro-Mundo e reforma do sistema monetário e financeiro internacional, em outras palavras, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional³².

A África uniu esforços junto àqueles do restante terceiro-mundista, com vistas a instaurar esta nova ordem econômica internacional, ela inclusive desempenhou um papel motor nas diversas negociações, as quais até o momento

32 A. ADEDEJI, 1983, p. 7.

fracassaram; todavia e tão logo, impôs-se a evidência segundo a qual a região menos desenvolvida do globo, o continente africano, e mais especificamente, a África Subsaariana, não poderia participar em pé de igualdade nesta nova ordem, qualquer fosse esta última a ganhar a luz do dia e conquanto esta região não houvesse reorganizado o seu próprio aparato econômico, aos níveis nacional e regional, adotando uma estratégia de verdadeira descolonização econômica.

A CEA julgou necessário, em razão do supra-exposto, lançar, a partir do segundo semestre de 1975, uma série de ações que findaram pela adoção da *Estratégia africana para o desenvolvimento, no quadro do terceiro Decênio do desenvolvimento*³³ e do *Plano de ação de Lagos em prol do desenvolvimento econômico na África, 1980-2000*³⁴. O fundamento conceitual destes dois textos era o documento de base, adotado em 1976 pela CEA, denominado *Quadro revisado de princípios para a instauração de uma nova ordem internacional na África 1976-1981-1985*³⁵, este documento criava, em relação à África, uma reviravolta nas ideias recebidas em matéria de economia do desenvolvimento, além de expor, metodicamente, as insuficiências nas diferentes estratégias empregadas, visando realizar a descolonização econômica do continente e transformá-lo, provendo-o de uma economia dinâmica e autônoma, engendrando e mantendo por si mesma o seu próprio crescimento. Após ter notado que as somas dos conhecimentos e dados acumulados da experiência, até então, sobre as noções relativas ao processo de crescimento econômico e aos meios de realização das transformações socioeconômicas, eram limitados; em seu *Quadro Revisado*, a CEA fazia valer que, em razão da elaboração das políticas econômicas ter tomado, com maior frequência na África, a forma de “reações sucessivas a diagnósticos dos males sociais e econômicos, cuja origem encontrava-se além dos limites da região; tanto estes diagnósticos, quanto os remédios prescritos em consequência, estavam fortemente influenciados, não somente pela firme convicção acerca da eficácia do comércio internacional e das relações econômicas que neste último se entrelaçavam, na qualidade de motor do crescimento econômico e da mudança social pretendidos mas, também, por uma sólida adesão a uma interpretação particular da gênese dos intercâmbios internacionais³⁶”. A CEA também questionava “a concepção

33 Resolução da CEA 332 (xiv) figurando no documento E/CN.14/INF/109/Rev. 1. Adotada em julho de 1979 pela Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo de OUA, ela é conhecida pela sucessão sob o nome de Estratégia da Monróvia.

34 Comissão econômica para a África, 1981.

35 Comissão econômica para a África, 1976.

36 Ibid., pp. 6-7.

linear clássica, a transformar o crescimento econômico em um processo quase místico, cujo resultado era medido através das altas ou das baixas no PIB e no PNB, consistindo em fruto de uma inversão, quase mágica, chamada investimento, composto com maior ênfase de recursos obtidos graças às trocas externas. Sob esta ótica tradicional, o papel dos fatores produtivos locais não é em nada levado em consideração ou, em caso afirmativo, não se lhes é atribuído um papel central no processo de desenvolvimento. Os programas nacionais ou multinacionais, postos em marcha para produzirem estes fatores locais, constrangeram-nos a apoiarmo-nos sobre os recursos provindos da troca, isto explica a importância vital das monoexportações em nosso sistema, o aporte líquido de investimentos estrangeiros privados e a nossa ansiedade em “mendigar” a ajuda estrangeira, assim como em solicitar empréstimos para completar estes aportes. A nossa maior fraqueza, como povo, consiste na ausência, junto aos nossos dirigentes políticos, em meio aos nossos dirigentes sindicais, no seio das nossas autoridades locais e entre os nossos capitães da indústria, de qualquer visão daquilo em que os nossos países deveriam transformar-se, individual ou coletivamente, em cerca de vinte anos. Trata-se, justamente e portanto, de uma abordagem assentada sobre tal visão, concernente ao seu próprio futuro, a servir de base, necessariamente, à definição da política e da estratégia de qualquer país, mais ou menos desenvolvido. Excluindo-a, nenhuma via segura abre-se ao futuro, quer seja em termos individuais ou no âmbito da comunidade, do país ou de um grupo de países. Torna-se então fácil se desgarrar ou deixar-se desgarrar³⁷.”

Eis a razão pela qual, três anos após a adoção do *Quadro Revisado*, a CEA, formuladora da Estratégia de Monróvia, via no Plano de Ação de Lagos uma espécie de grande carta econômica da África, lançando as bases para a descoloniização econômica do continente. A Estratégia de Monróvia tanto quanto o Plano de Lagos visam ampliar a autonomia e aumentar as capacidades econômicas da África. A autonomia significa a internacionalização das forças que, relativas à demanda, determinam a orientação dos processos de desenvolvimento e de crescimento econômico e as estruturas da produção; a progressiva substituição de fatores produtivos nascidos da economia africana, em proveito dos fatores externos; assim como a participação acrescida das massas na produção e no consumo do produto social. O aumento das capacidades econômicas supõe implantar estruturas e processos de desenvolvimento e crescimento econômico em cujos diferentes elementos sustentam-se e reforçam-se mutuamente, de tal

37 A. ADEDEJI, 1983, p. 9.

maneira que, com a internacionalização das forças a determinar a oferta e a procura, o conjunto do sistema cria a sua própria dinâmica interna³⁸.

Somente uma estratégia de desenvolvimento fundada sobre estes princípios de autonomia e de aumento das capacidades econômicas no continente pode permitir à África romper totalmente com o seu passado econômico colonial e conduzi-la na via de um desenvolvimento normativo. Esta estratégia, mais voltada para o interior que direcionada para o exterior, não idolatra as receitas provenientes do comércio exterior e, em razão disso, não atribui excessiva importância aos intercâmbios externos, tornando-os assim o ponto de partida obrigatório para o desenvolvimento, sobretudo se estas trocas assemelham-se àquelas às quais a África esteve prisioneira, desde a época colonial. Eis o porquê da estratégia de desenvolvimento, preconizada em Monróvia e no Plano de Ação de Lagos, posicionar o mercado interno africano, com as suas subdivisões, no centro do esforço³⁹. O grande problema nos tempos atuais para o continente africano consiste, portanto, em traduzir o essencial destes dois documentos em termos operacionais, aos níveis nacional, sub-regional e regional. Mediante esta única condição, poderíamos esperar consumir a descolonização econômica.

Mas, esta descolonização poderia exigir mais que uma simples redução da participação estrangeira nas economias africanas e implicar, por outro lado, em um aumento da participação *africana* na economia mundial. Para a África e nos dias atuais, as fontes constituintes básicas da sua dependência, poderiam permitir-lhe exercer uma contra-influência no sistema mundial. Para conquistar este contra-poder, é essencial, mais do que nunca, que os países africanos afirmem a sua solidariedade com os outros países em desenvolvimento.

Solidariedade e contrapoder⁴⁰

Imperativamente, o Terceiro Mundo em geral e a África devem praticar duas formas de solidariedade, se quiserem modificar o sistema mundial, em proveito dos países menos favorecidos, e levar a cabo o processo de descolonização.

A *solidariedade orgânica* diz respeito às relações Sul-Sul e objetiva reforçar a interdependência dos países africanos ou do Terceiro Mundo. A *solidariedade*

38 Ibid., p. 10.

39 Ibid., p. 11.

40 Esta seção foi revisada por A. A. MAZRUI e deve muito aos seus trabalhos anteriores, relativos à contrapenetração, especialmente aos estudos que ele apresentou junto à FAO. Conferir igualmente A. A. MAZRUI, 1986.

estratégica concerne à cooperação dos países terceiro-mundistas em sua luta para arrancar concessões dos países industrializados do Norte. A solidariedade orgânica tende a reforçar a integração das economias do Terceiro Mundo. A solidariedade estratégica tende a reduzir a integração do Sul junto às economias nórdicas, na medida em que esta integração é uma forma de dependência. A solidariedade orgânica busca, essencialmente, integrar as economias do Sul; a solidariedade estratégica busca obter, quer seja o divórcio ou um novo contrato de casamento, um novo contrato social, em termos renegociados, entre o Norte e o Sul.

Partimos, outrossim, desta constatação fundamental: os fluxos econômicos são muito mais importantes entre o Norte e o Sul, comparativamente àqueles entre os países do Sul. Por via de regra, um país do Sul comercializa muito mais com o Norte que com os outros países sulistas e mantém relações de produção mais estreitas com os países industrializados que com aqueles outros em vias de desenvolvimento. Mas, estas relações econômicas entre o Norte e o Sul são falseadas pela tradicional dependência do Sul frente ao Norte, situação esta a sugerir a desigualdade entre os parceiros. Esses laços estruturais conferem ao Norte uma preponderância e uma influência excessivas, deixando o Sul indefeso contra a exploração.

Como sair desta situação? Como as duas formas de solidariedade poderiam elas contribuir para a redução da dependência do Terceiro Mundo e para a diminuição da sua persistente vulnerabilidade econômica?

Um dos domínios de cooperação mais negligenciados é aquele da mão de obra e da formação profissional. Certos países do Terceiro Mundo começaram a cooperar neste âmbito, oferecendo mutuamente mão de obra e garantindo a formação de trabalhadores estrangeiros, mas a importância desta forma de colaboração permanece em larga medida subestimada. Negligencia-se o fato da diferença mais radical entre o Norte e o Sul não derivar da renda (critério da riqueza) mas da tecnologia (critério da especialidade). A hierarquia internacional fundamenta-se, em sua totalidade, não sobre o “haver”, mas sobre o “saber”. A Líbia e a Arábia Saudita podem dispor de uma renda *per capita* mais elevada que certos países-membros da Comunidade Econômica Europeia mas, estão longe de atingir o nível da Europa Ocidental em matéria de técnicas produtivas e de organização econômica. Os membros da OPEP não dispõem sequer das técnicas apropriadas para extrair ou gerar o seu próprio petróleo.

Isto não aparece mais claramente senão na África Austral e no Oriente Médio. Cerca de 5 milhões de brancos puderam explorar, na África Austral, uma população negra dez vezes mais numerosa. Em complemento, eles submeteram

os negros dos países vizinhos à sua dominação econômica e militar. A razão principal da sua superioridade não reside simplesmente na riqueza da África do Sul mas no fato deste país extrair a sua riqueza do trabalho dos africanos e da capacidade operacional dos *européus*. Os países vizinhos dispõem igualmente de uma mão de obra africana e alguns possuem um rico subsolo, mas o que falta aos negros, são técnicas de ponta em matéria de produção e o sentido de organização eficaz a implicar na utilização destas técnicas.

O Oriente Médio oferece-nos um exemplo ainda mais claro e surpreendente da superioridade da capacidade operacional sobre a riqueza. Ao menos desde os anos 1970, grande parte do mundo árabe é muito mais rica que Israel, em termos de renda. A economia israelense teria, na realidade, caído em ruína caso os Estados Unidos da América do Norte e a diáspora judia não tivessem nela injetado bilhões de dólares norte-americanos. Entretanto, embora menos numerosos e menos ricos, os israelenses conservaram a sua superioridade militar frente aos árabes. As sucessivas guerras travadas por Israel ilustram, de modo espetacular, esta predominância da tecnologia sobre a renda nacional e em relação ao volume populacional.

No caso de Israel, tanto quanto no que diz respeito à África do Sul, o fator cultural é determinante. Se não houvesse em Israel senão judeus do Oriente Médio, os árabes teriam ganhado todas as guerras ou, antes, bastar-lhes-ia ganhar a guerra de 1948. Com efeito, a cultura e a tecnologia dos judeus do Oriente Médio não diferem sensivelmente daquelas próprias aos seus vizinhos árabes. Em uma guerra entre povos do Oriente Médio, a superioridade numérica dos árabes teria vencido a resistência dos judeus, muito antes que esta vantagem fosse reforçada pela riqueza proveniente do petróleo.

Israel não deve a sua superioridade militar ao fato de 80% dos seus habitantes serem judeus, mas à origem europeia de uma parte (menos da metade) desta população judia. Foram os judeus vindos da Europa e, em termos mais gerais do Ocidente, que lançaram as bases tecnológicas da hegemonia regional de Israel.

Se a hierarquia internacional repousa, em última análise, sobre a técnica, em detrimento da renda, o que deveria fazer a África para melhorar a situação que resulta atualmente do seu subdesenvolvimento tecnológico?

Evidentemente, seria necessário que ela adquirisse, tanto mais rápido quanto possível, a capacidade operacional dos países nórdicos. Mas isto não consiste em algo tão simples. Os países do Hemisfério Norte, muito frequentemente, anseiam transferir algumas tecnologias, especialmente por intermédio das sociedades transnacionais; mas, as transferências de tecnologias necessárias ao Sul não fazem senão acentuar as relações de dependência entre os dois hemisfé-

rios. Há, por outro lado, tecnologias que o Norte não deseja de forma alguma transferir. Um verdadeiro tabu atinge, particularmente, certos ramos da física e da tecnologia nucleares. Enquanto a informática, por exemplo, contribui para instaurar uma dependência gerada por transferência de tecnologia, as centrais e os reatores nucleares encarnam a dependência produzida pelos monopólios tecnológicos do Norte. Se as sociedades transnacionais apresentam-se muito amiúde como instrumento de uma penetração econômica fundada sobre transferências de tecnologia, por sua vez, a energia nuclear simboliza a hegemonia que os monopólios tecnológicos garantem aos países do Norte.

A estratégia do Terceiro Mundo em geral e dos países africanos deve consistir, simultaneamente, em assimilar a tecnologia do Norte e partilhar entre si os seus conhecimentos. As tecnologias nórdicas livremente transferidas devem ser “descolonizadas” o mais rapidamente possível, de forma a livrá-las dos seus efeitos agravantes sobre a dependência do Sul. Quanto às tecnologias que o Norte busca guardar para si, estas devem constituir o objeto de uma apoderação pelo Sul, com o objetivo de por um termo aos monopólios.

Uma nova ordem econômica internacional não teria sentido algum sem uma nova ordem tecnológica internacional. A África necessita de estratégias fundadas sobre a solidariedade, com vistas a concretizar estas duas categorias de ordem internacional. Se o *poder tecnológico* concentra-se nos dias atuais quase exclusivamente no Norte, o Sul detém outras formas de poder, por ele ainda não plenamente aplicadas.

A OPEP mostra-nos o significado do conceito *poder do produtor*. É bem verdade que, de 1973 a 1983, esta organização muito pouco exerceu a sua influência. Em lugar de realizar pressão sobre o Norte, durante estes dez gloriosos anos, no sentido de modificar substancialmente a estrutura e as regras da economia mundial, ela buscou um lucro máximo no curto prazo e faz recair o essencial da sua ação no âmbito dos preços.

Faz-se absolutamente necessário formar outros cartéis de produtores, mesmo que inicialmente eles demonstrem pouca força. O cobalto, por exemplo, cuja produção concentra-se em um número relativamente pequeno de países, poderia desempenhar futuramente um papel estratégico, ainda mais importante que o cobre. A formação, a título experimental de um cartel dos produtores de cobalto poderia, portanto, mostrar-se eficaz, caso o Zaire afirmasse, de modo mais resolutivo, a sua independência. Este país dispõe, no cômputo final, de um potencial capaz de torná-lo, em alguns anos e quando o mercado for mais favorável, a Arábia Saudita do cobalto.

Os países do Terceiro Mundo tampouco utilizaram plenamente o seu poder na qualidade de *consumidores*, conquanto tão variável e desigualmente repartido segundo as regiões fosse este poder. Os países do Oriente Médio e alguns países da África, como a Nigéria, revestem-se de uma particular importância como consumidores de produtos civis e militares, de tecnologias e de utilidades domésticas produzidos pelo Ocidente. De tempos em tempos, a Nigéria ou algum país do Oriente Médio demonstra a sua força e ameaça anular ou não renovar acordos comerciais. Mas o recurso a estas ameaças ocorre frequentemente ao nível de questões relativamente secundárias: por exemplo, para protestar contra o seriado *Death of a princess*, ou quando uma delegação árabe ou africana tenha recebido algum golpe diplomático proveniente de uma potência Ocidental. A África e o Oriente Médio poderiam utilizar o seu poder de consumidores para produzir uma modificação mais profunda na estrutura dos intercâmbios Norte-Sul.

A quarta categoria de poder, ainda não suficientemente utilizada pelo Sul, consiste justamente em sua condição de *devedor*. O tanzaniano Julius Nyerere declarou, por ocasião da sua eleição como presidente da OUA, em novembro de 1984, que a situação atual na África era dominada pelas três grandes questões relativas: ao desenvolvimento, à dívida e às grandes secas. O endividamento africano é certamente moderado, comparativamente ao latino-americano mas, Nyerere via neste estado de coisas uma vantagem e não simplesmente uma causa de fraqueza. No desenrolar da sua primeira entrevista coletiva de imprensa, no imediato posterior a sua eleição, ele deplorou que o Terceiro Mundo, capaz de ameaçar o Ocidente com uma interrupção nos pagamentos, contudo, não se servira eficazmente desta prerrogativa para conduzir os bancos ocidentais a fazerem-lhe concessões mais relevantes no tocante aos seus débitos⁴¹.

Mas, a Tanzânia permaneceria intensamente vulnerável e tampouco uma forte solidariedade viria unir os países da África e da América Latina. O poder dos devedores não pode se exercer senão sob a condição de basear-se em um largo consenso entre os países endividados. Os próprios bancos ocidentais, conduzidos por uma espécie de solidariedade orgânica, elaboraram mecanismos de consulta quase permanentes. Os credores, ao Norte, estão unidos, quanto aos devedores do Sul, estes se encontram desorganizados. A África e a América Latina devem considerar a possibilidade de criar uma solidariedade estratégica entre os despossuídos e endividados, com o intuito de levar os credores a fazerem concessões no que tange às taxas de juros, ao escalonamento dos pagamentos,

41 O serviço africano da *Voz da América* emitiu, reiteradas vezes e especialmente em 24 de novembro de 1984, uma gravação do discurso e da coletiva de imprensa de Nyerere.

às modalidades de pagamento, às condições de uma moratória ou, inclusive e se necessário, ao cancelamento da dívida. Embora essenciais, todas estas formas de solidariedade estratégica não lograriam, entretanto, substituir a solidariedade orgânica, a qual deverá permear relações mais estreitas entre os países do Terceiro Mundo, especialmente nos âmbitos do comércio e dos investimentos. Os países menos avançados encontram-se aqui prisioneiros de uma contradição, em meio a muitas outras. No quadro das suas relações com o Norte, eles devem diversificar a sua economia. Entretanto, no contexto das relações por eles mantidas entre si, eles devem especializar-se para acrescer a sua complementaridade. Uganda, por exemplo, poderia uma vez mais cultivar o algodão e vendê-lo ao Quênia que, por sua vez, transformá-lo-ia em tecido. Esta especialização ajudaria os dois países a desenvolverem-se e a incrementar a sua complementaridade. Contudo, as relações de Uganda com o resto do mundo, no cenário econômico mundial, exigem uma diversificação em detrimento de uma especialização na sua indústria. Tais são os termos de um grave dilema que os países do Terceiro Mundo devem, urgente e impreterivelmente, resolver. Eles precisam encontrar um equilíbrio entre a diversificação exigida pelas suas relações com o Norte e a especialização necessária ao desenvolvimento do comércio entre os países do Sul.

A este cenário agrega-se a necessidade de encontrar outros meios de pagamento nas relações comerciais entre os países dos Sul. Com efeito, a obrigação de utilizar moedas do Norte nas relações comerciais mostrou-se muito constrangedora. As economias do Sul sempre se encontram atormentadas pelo demônio do “câmbio”! A Tanzânia, a Zâmbia e o Zimbábue têm exatamente a possibilidade de retornar ao *escambo*, ao menos em referência a uma parte das suas relações econômicas. A Nigéria, nos anos 1980, experimentou o sistema de “trocas compensatórias” entre o petróleo e os produtos manufaturados. A recente melhora nas relações políticas entre o Quênia e a Tanzânia, permite aos dois países vislumbrar a instauração do escambo para alguns produtos nos próximos anos. No futuro, se o algodão ugandense alimentar mais regularmente a indústria têxtil do Quênia, este último poderia perfeitamente pagar esta matéria-prima em camisas e uniformes militares, em lugar de utilizar moedas fortes.

Outro setor tocado pela solidariedade orgânica entre os países do Terceiro Mundo é a utilização partilhada da *energia*. Um terço da eletricidade consumida pelo Quênia provinha outrora da barragem de Jinja, em Uganda, este país permanece um dos principais fornecedores de eletricidade ao Quênia.

A barragem de Akosombo, no rio Volta, em Gana, deveria constituir-se em um dos principais centros *regionais* de produção de eletricidade na África Ocidental. Infelizmente, o nível das águas deste rio baixou de tal forma que



FIGURA 14.5 A barragem de Jinja, em Uganda. (Foto: Topham, Londres.)

Gana, em lugar de fornecer energia aos países vizinhos, deveu racioná-la periodicamente em seu próprio território, chegando inclusive ao ponto de importá-la da Costa do Marfim. As barragens da África Austral, como aquela de Kariba, desempenharam com maior êxito o seu papel regional. Elas simbolizam, em seu conjunto, uma espécie de pan-africanismo energético: a solidariedade orgânica aqui resulta do amálgama das estruturas da produção hidroelétrica.

A associação de vários países europeus no setor siderúrgico situa-se à origem do processo de formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE). A integração na indústria siderúrgica parecia excluir qualquer nova possibilidade de guerra fratricida entre os europeus. Na Europa, a superposição das estruturas de produção do aço viria conduzir, assim imaginava-se, à interdependência das indústrias nacionais e diminuiria, por conseguinte, os riscos de agressão militar.

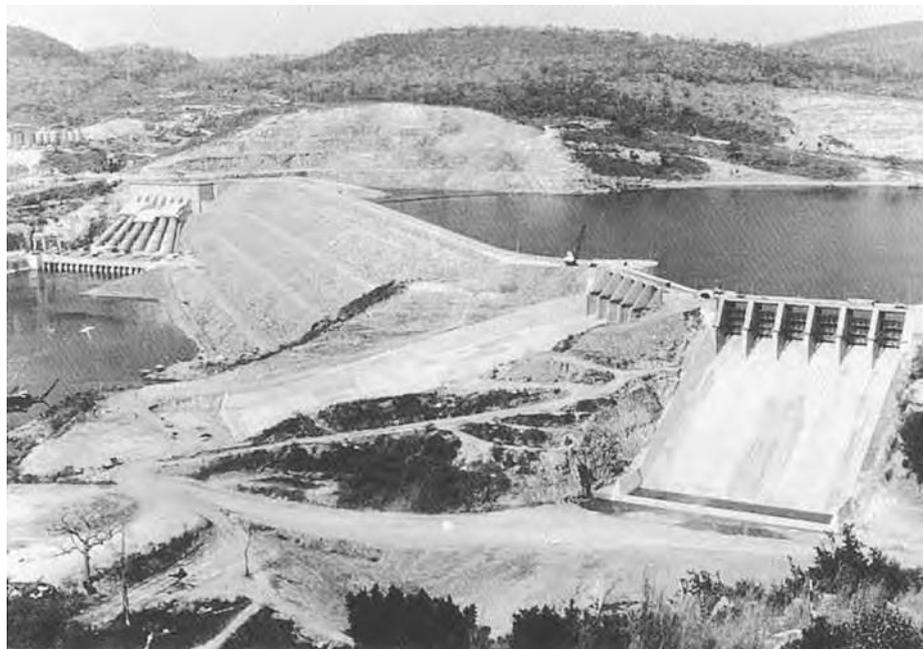


FIGURA 14.6 Em cima: a barragem de Akosombo, em Gana. Embaixo: a grande barragem de Kariba, no Zimbábue. (Fotos: Newslink Africa, Londres; Topham, Londres.)

Seguindo a mesma lógica, ao entrelaçamento das indústrias no setor elétrico deveria aumentar a interdependência dos países terceiro-mundistas e incitá-los a cooperarem em outras áreas.

O combate para reforçar a integração africana encontrou numerosos obstáculos, desde o desmantelamento da Comunidade da África do Leste, formada pelo Quênia, por Uganda e pela Tanzânia, até a considerável diminuição no volume das águas do Volta, rio acima, antes da barragem de Akosombo.

A tentativa de integração no sudeste asiático merece especial exame por parte dos africanos. Este ensaio obteve maior êxito que o seu correlato africano, tal como comprova o papel econômico e diplomático de primeira ordem desempenhado pela Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANASI) na região. No mundo árabe, os esforços de integração proporcionam resultados positivos e propulsores, a exemplo da criação do Conselho de Cooperação do Golfo mas, não impedem o surgimento de violentos conflitos políticos entre alguns Estados, como por exemplo a Líbia e o Egito.

Na América Latina, a integração regional igualmente constitui um êxito parcial. A América Central viveu durante os anos 1980 sob a ameaça de uma guerra internacional. Em contrapartida, graças à mediação do Vaticano, a Argentina e o Chile diminuíram as tensões relativas ao delicado problema do Canal de Beagle. A cooperação econômica conheceu altos e baixos no conjunto da região mas, o ideal de uma mais vigorosa integração permanece vivo. A África deveria acordar a maior atenção às experiências desenvolvidas neste longínquo laboratório político.

O Hemisfério Norte foi dividido em duas zonas econômicas correspondentes à sua divisão ideológica, apresentando, por um lado, o mundo socialista representado pelo Conselho de Assistência Econômica Mútua (CAEM) e por outra parte, o mundo capitalista, com a sua Organização do Tratado para o Atlântico Norte (OTAN) e a CEE.

A África, integrante da região Sul, permanece, ao contrário e extremamente, fracionada. Ela tenta, nos dias atuais, reunir os fragmentos dos quais ela se compõe. Ela busca o intangível segredo, o espírito oculto da coesão.

As estratégias de solidariedade são apenas meios a serviço de propósitos específicos. O objetivo é longínquo e de difícil alcance. Mas, a que serviria o paraíso se as nossas aspirações não ultrapassassem a realidade imediata?

Os filósofos distinguem a liberdade negativa (ausência de adversidades) e a liberdade positiva (a liberdade de participação). A emancipação dos escravos africanos, nas Américas, conferia-lhes quando muito uma liberdade negativa (eles não pertenciam mais a outros homens). Um século mais tarde, os africa-

nos da *diáspora* ainda estão em busca da liberdade positiva (liberdade de efetiva participação).

A *descolonização negativa* assemelha-se à emancipação dos escravos, através da qual eles deixam de pertencer a outros homens. Mas, não haveria verdadeira *descolonização positiva*, senão quando os africanos participassem efetivamente da economia mundial e detivessem, em escala global, um poder concedido a esta atividade econômica. Não basta reduzir a dominação dos estrangeiros sobre as nossas economias, embora esta etapa seja essencial. É urgente encontrar, ao mesmo tempo, os meios para aumentar o poder de ação da África na economia mundial. Os africanos devem parar de participar como piões em uma partida disputada por outros, tornando-se, eles próprios, jogadores plenos, frente ao tabuleiro de xadrez no qual se disputa o destino do mundo.